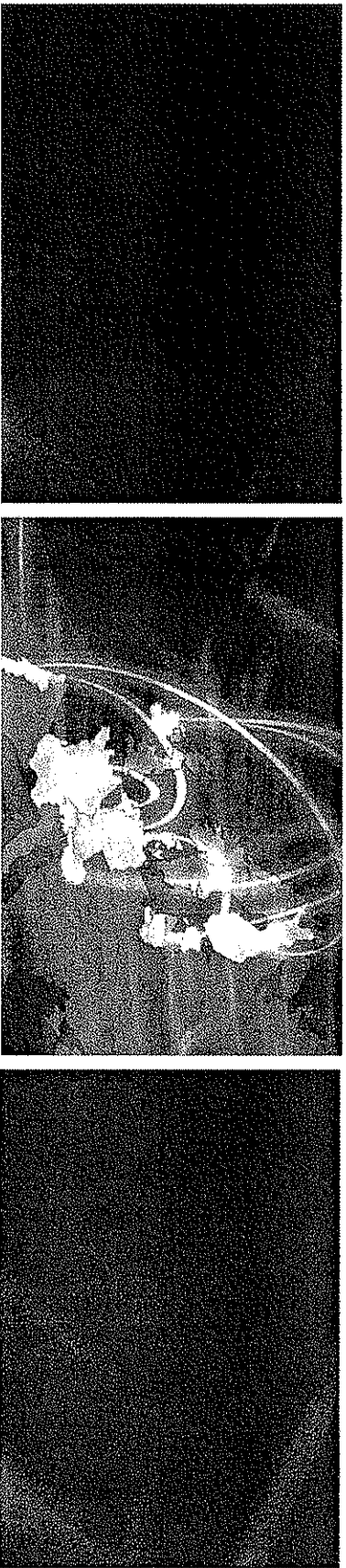


# European Network for Universities of Applied Sciences (UASNET)



# PARTNERS

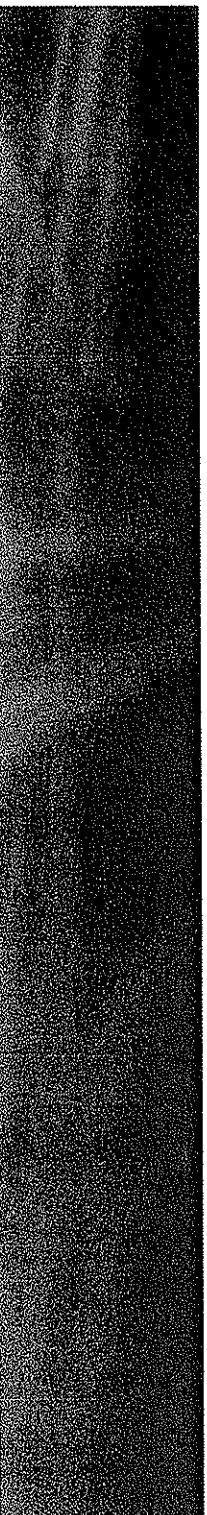
National Associations for Universities of Applied Sciences:

The Netherlands      Ireland      Denmark

Switzerland      Finland      France

Portugal      Lithuania      Flandres

Estonia



## UASNET

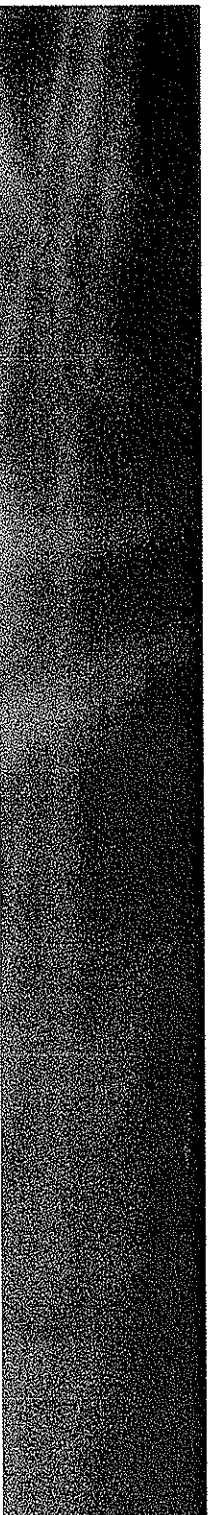
-----  
Promotes and strengthens the integration and contribution of the UAS sector with the research and innovation strategy within Europe.

Copenhagen, 20 January 2011: start with 10 founding partners

Chair: Ireland

Vice-chair: Finland

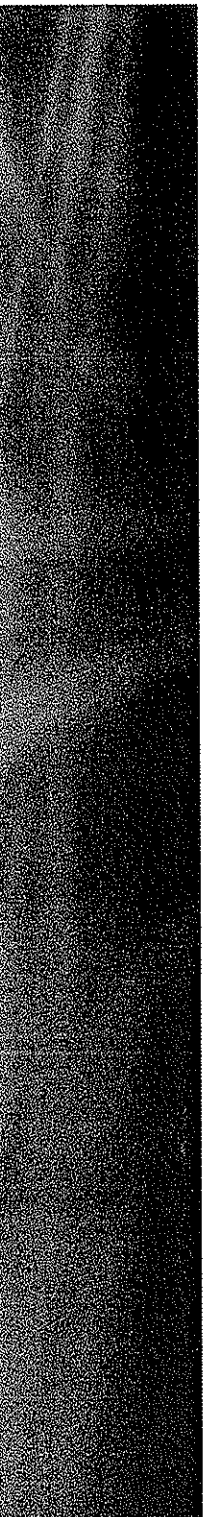
Together with Portugal, Lithuania, Flanders and Denmark form the Working Steering Committee



# Universities of Applied Science

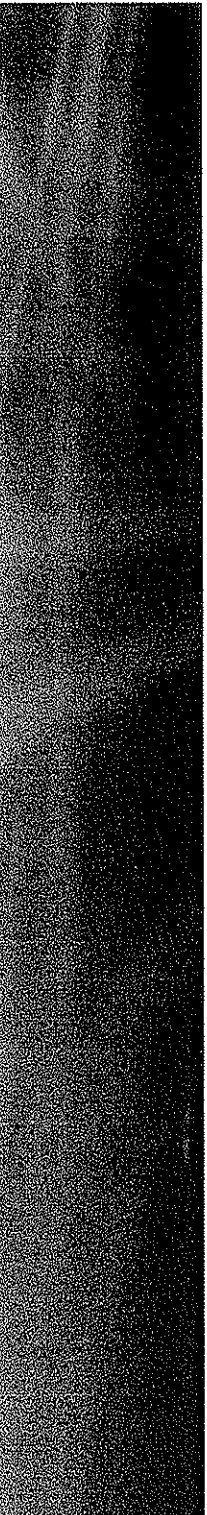
1. Approximately 50% of new entrants to HE
2. Approximately 50% of HE staff
3. Significant teaching resources
4. Emphasis on the world of work and society
5. Expanding applied research effort
6. Regional distribution
7. Connected to SMEs

The UAS are a major resource to the EU

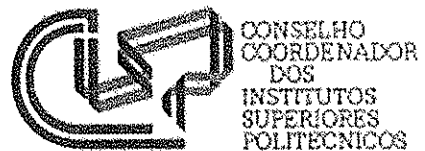


## Policy Proposals

- **Connecting to regional innovation**
- **Looking for smart synergies - Linking regions of knowledge**
- **Supporting applied research and innovation**
- **Involving the whole innovation cycle**
- **Investing in the pre and post-project phases**
- **Connecting Research, Innovation & Education**







# Cooperação do CCISP com Comunidades Pertencentes ao Espaço Lusófono



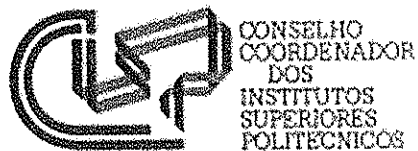
## Nota introdutória

O Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) tem desenvolvido um conjunto de iniciativas no sentido de promover o ensino superior em geral e o ensino superior politécnico em particular.

Através da celebração de protocolos e de outro tipo de acordos com instituições pertencentes ao espaço lusófono (documento que se apresenta em anexo), pretende-se a aproximação dos vários intervenientes no âmbito do ensino superior, ao nível da mobilidade docente e discente e da oferta de formação em várias áreas científicas.

Consciente da capacidade formativa disponível, o CCISP tem vindo a actuar na prometedora área da prestação de serviços, através do diálogo mantido com os PALOP's, Timor, Macau e Brasil, neste último caso no particular momento em que este país de língua portuguesa se prepara para lançar o ensino técnico/profissional e o ensino superior politécnico, abrindo com isso uma janela de oportunidade no que diz respeito à prestação de serviços, que poderão ir da elaboração de estudos à formação docente.





## **Cooperação com Macau**

Genericamente, o CCISP celebrou memorandos de entendimento com o Instituto Politécnico de Macau, o Instituto Internacional de Macau e a Escola Portuguesa de Macau com a finalidade de aumentar a cooperação ao nível da formação, bem como da mobilidade de docentes e discentes. Para além disso, contratualizou, através da Escola Portuguesa de Macau, com o Governo de Macau, acções de formação que se estenderam também aos docentes das escolas secundárias luso-chinesas.

### **Instituto Politécnico de Macau**

A 29 de Janeiro de 2010, o CCISP e o Instituto Politécnico de Macau (IPM) celebraram um memorando de entendimento cujo objecto é fomentar e desenvolver a mobilidade de docentes e estudantes entre o IPM e as instituições que constituem o CCISP, com destaque para a abertura de um concurso para a leccionação, em Macau, de português a não falantes de língua portuguesa.

### **Instituto Internacional de Macau**

O CCISP e o Instituto Internacional de Macau (IIM) celebraram um protocolo com o objectivo de desenvolver e aprofundar a colaboração científica e técnica, nomeadamente, ao nível da participação recíproca em programas comuns; da disponibilização de contactos e intervenção activa no desenvolvimento de relações entre Portugal, Macau, República Popular da China e outros Estados do Sueste Asiático; do intercâmbio de investigadores e técnicos; da realização de conferências, colóquios e acções complementares de formação e da permuta de material técnico-científico, e publicações.

Em termos práticos, a celebração deste protocolo permitiu que, no ano de 2010, tenha sido exibida nos IP<sup>s</sup> Portugueses a exposição “ Macau é um Espectáculo”, e que o Instituto Internacional de Macau tenha apoiado os IP<sup>s</sup> membros do CCISP na procura de parcerias académicas no Sueste Asiático, com enfoque nas instituições politécnicas de Singapura.

### **Escola Portuguesa de Macau**

O CCISP e a Escola Portuguesa de Macau celebraram um contrato de prestação de serviços, com o apoio do Governo de Macau, segundo o qual alguns membros do CCISP iriam



disponibilizar docentes para ministrar formação a docentes da Escola Portuguesa de Macau nas áreas de Português, Matemática e Ciências. Esta acção de formação, em que participaram também docentes das Escolas Secundárias Luso-Chinesas, foi considerada, por todos os intervenientes, um enorme êxito.

É de salientar que esta iniciativa deverá contar com uma nova edição no próximo ano.

## **Cooperação com a comunidade de luso-descendentes de Malaca (Malásia)**

### **Apoio ao Núcleo Museológico**

Os Institutos Politécnicos apoiaram o Núcleo Museológico local oferecendo objectos característicos das regiões onde estão inseridos. As doações efectuadas permitem que no Núcleo Museológico de Malaca passem a existir objectos característicos de cada região portuguesa, dando a conhecer em Malaca um pouco da cultura portuguesa.

### **Comemorações dos 500 anos da Chegada de Afonso de Albuquerque a Malaca**

O CCISP associou-se às comemorações dos 500 anos da chegada de Afonso de Albuquerque a Malaca enviando duas tunas (de sete elementos cada) pertencentes a Institutos Politécnicos para dar a conhecer um pouco da tradição académica portuguesa.

### **Formação Superior de luso-descendentes de Malaca**

A urgente necessidade de se formarem elites locais, que partilhem de uma sólida formação académica, no respeito pelas tradições locais, levou o CCISP a diligenciar no sentido de serem atribuídas bolsas de estudo para estes luso-descendentes. Simultaneamente, o CCISP fomentou a realização de mestrados ou pós-doutoramentos que envolvam projecto de investigação no âmbito das ciências sociais e que tenham Malaca e a Comunidade Luso/descendente como objecto.



## **Cooperação com o Programa Ciência sem Fronteira do Governo Federal Brasileiro**

O CCISP irá colaborar com os Institutos Federais Brasileiros no sentido de acolher 2000 alunos nos próximos anos 4 anos em cursos de Licenciatura, Mestrado e CET's através de bolsas concedidas pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) no Programa Ciência sem Fronteira.

## **Cooperação com o Estado de Pernambuco, República Federativa do Brasil**

Encontra-se em fase de preparação um protocolo de formação entre o CCISP e o Estado de Pernambuco, da República Federativa do Brasil. Este protocolo, em regime de prestação de serviços, irá envolver docentes de diversos IP<sup>s</sup> portugueses.

O Estado de Pernambuco, que atravessa um particular momento de crescimento económico, carece de quadros qualificados, reunindo os Institutos Politécnicos Portugueses recursos docentes, e outros, que permitem acelerar essa qualificação.

De entre as áreas que se encontram em negociação, destaca-se:

- formação a pessoal docente para o ensino técnico-profissional;
- formação de alunos de escolas públicas em Cursos de Especialização Tecnológica (CET);
- cursos de graduação para estudantes provenientes do ensino médio público (equivalente ao nosso ensino secundário).

Embora ainda se encontre em fase de discussão, é possível dizer que, tanto no caso da formação a pessoal docente como no caso da formação de estudantes em Cursos de Especialização Tecnológica (CET), o Governo do Estado mostrou total empenho em disponibilizar recursos financeiros para este tipo de prestação de serviços. A oferta formativa poderá ser ministrada, consoante os casos, no Brasil, em Portugal ou em ambos os países.




De registar ainda que a formação graduada de estudantes provenientes do Estado de Pernambuco será apoiada por bolsas de estudo concedidas pelo Governo do Estado de Pernambuco.



6

# Ensino Superior Público em Angola

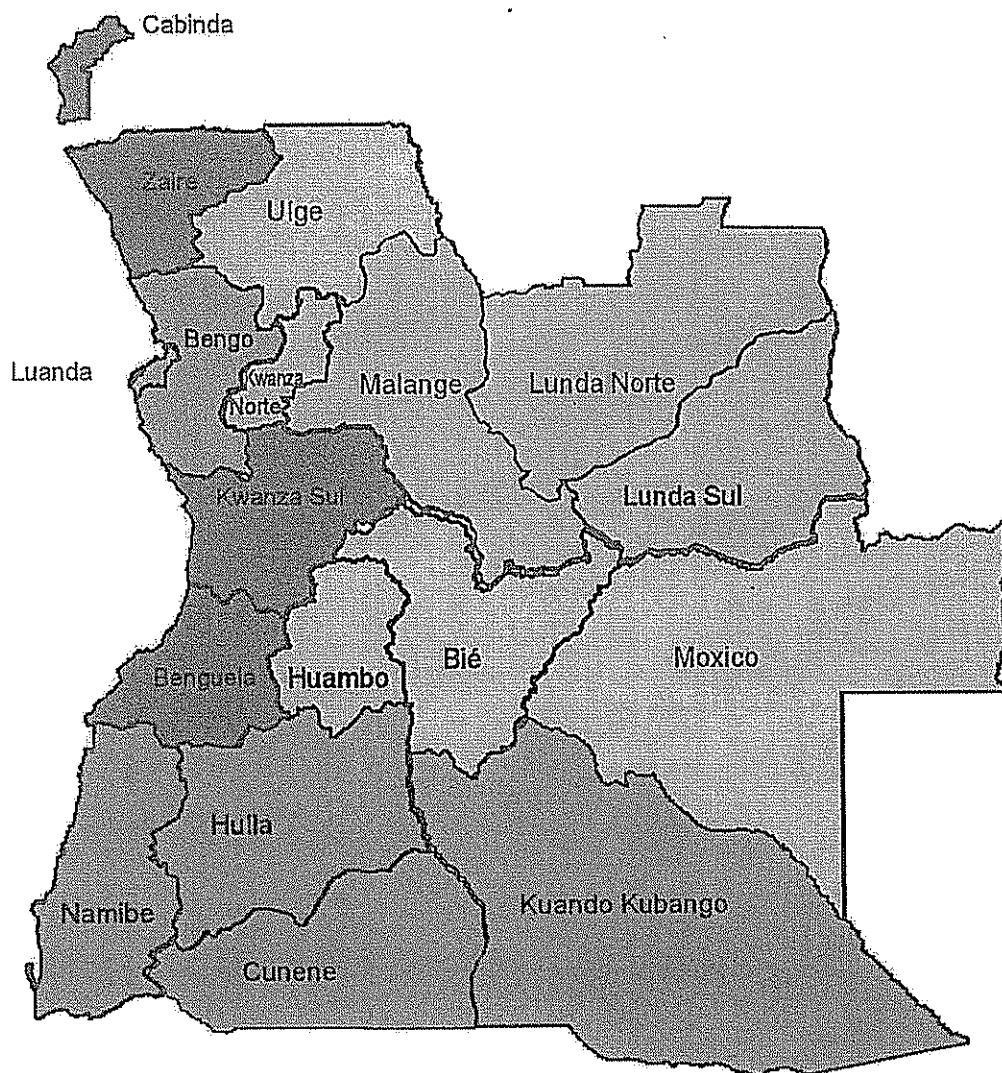
---

 Av. 5 de Outubro, 89 – 3º 1050-050 LISBOA     Tel: 217 928 350/60     FAX: 217 928 369

 [ccisp@ccisp.pt](mailto:ccisp@ccisp.pt)

# Regiões Académicas

(Decreto nº 02/09 de 12 de Maio)



- Região académica I
- Região académica II
- Região académica III
- Região académica IV
- Região académica V
- Região académica VI
- Região académica VII

Secretaria de Estado para o Ensino Superior - SEES  
Gabinete do Secretário de Estado - Tel.: + 244 222 322 466 | Secretaria Geral - Tel.: + 244 222 326 098  
Luanda - República de Angola

**Regiões Académicas e Instituições do Ensino Superior Públicas**  
(Decreto nº 07/09 de 12 de Maio)

	Provincia	Âmbito	Nº da UO	Instituição do Ensino Superior (IES) ou Unidade Orgânica	Cursos	
Região Académica I	Luanda	Universidade Agostinho Neto - UAN	1	Faculdade de Ciências	1. Matemática; 2. Biologia; 3. Geofísica; 4. Física; 5. Química; 6. Geologia; 7. Engenharia Geográfica; 8. Ciências da Computação.	
			2	Faculdade de Medicina	1. Medicina	
			3	Faculdade de Direito	1. Direito a. Direito Jurídico Civil; b. Direito Jurídico Económico; c. Direito Jurídico Político	
			4	Faculdade de Engenharia	1. Arquitectura; 2. Engenharia Civil; 3. Engenharia Informática; 4. Engenharia Electrotécnica; 5. Engenharia Mecânica; 6. Engenharia de Minas; 7. Engenharia Química; 8. Engenharia de Telecomunicações.	
			5	Faculdade de Economia	1. Economia; 2. Gestão a. Gestão de Empresas; b. Gestão Financeira; 3. Contabilidade a. Contabilidade e Auditoria; b. Contabilidade e Fiscalidade; c. Contabilidade e Administração	
			6	Escola Superior de Hotelaria e Turismo		
			7	Faculdade de Letras	1. Gestão e Administração Pública; 2. Língua Portuguesa; 3. Língua e Literatura Francesa; 4. Língua e Literatura Inglesa; 5. Língua e Literatura Africana; 6. Comunicação Social; 7. Secretariado Executivo.	
			8	Faculdade de Ciências Sociais	1. Ciências Políticas; 2. Psicologia; 3. Sociologia; 4. Filosofia; 5. Antropologia.	
			9	Instituto Superior de Ciências de Saúde	1. Enfermagem	
	Provincial			10	Instituto Superior de Ciências de Educação	1. Ensino da Pedagogia; 2. Ensino da Psicologia; 3. Ensino da História; 4. Ensino da Matemática; 5. Ensino da Filosofia; 6. Ensino da Língua Portuguesa; 7. Ensino da Língua Inglesa; 8. Ensino da Língua Francesa; 9. Ensino da Sociologia
				11	Instituto Superior de Educação Física e Desportos	
				12	Inst. Sup. de Tecn. de Informação e Comunicação	
				13	Instituto Superior de Serviço Social	
				14	Instituto Superior de Artes	
	Bengo		UAN	15	Instituto Superior Politécnico	
			Prov.	16	Escola Superior Pedagógica	1. Ensino da Pedagogia; 2. Ensino da Psicologia; 3. Ensino da História; 4. Ensino da Matemática; 5. Ensino da Língua Portuguesa

Região Académica II		Região Académica III		Região Académica IV			
Eenguela	Universidade Katavala Bula - UKB	17	Faculdade de Medicina	1. Medicina			
		18	Faculdade de Direito	1. Direito	a. Direito Jurídico Civil; b. Direito Jurídico Económico; c. Direito Jurídico Político		
		19	Faculdade de Economia	1. Contabilidade e Gestão			
		20	Instituto Superior Politécnico	1. Engenharia Informática			
		21	Instituto Superior de Ciências de Educação	1. Ensino da Pedagogia; 2. Ensino da Psicologia; 3. Ensino da História; 4. Ensino da Matemática; 5. Ensino da Geografia; 6. Ensino da Língua Portuguesa; 7. Ensino da Língua Inglesa; 8. Ensino da Língua Francesa; 9. Educação Especial			
Kwanza Sul	UKB	22	Instituto Superior de Ciências de Educação	1. Ensino da Pedagogia; 2. Ensino da Psicologia; 3. Ensino da História; 4. Ensino da Matemática			
		Prov.	23	Instituto Superior Politécnico	1. Contabilidade e Gestão; 2. Agronomia; 3. Zootecnia; 4. Gestão Agrária		
			24	Instituto Superior de Petróleos			
			25	Faculdade de Medicina	1. Medicina		
Cabinda	Universidade 11 de Novembro - UON	26	Faculdade de Direito	1. Direito	a. Direito Jurídico Civil; b. Direito Jurídico Económico; c. Direito Jurídico Político		
		27	Instituto Superior Politécnico				
		28	Faculdade de Economia	1. Gestão de Empresas; 2. Gestão Financeira; 3. Contabilidade	a. Contabilidade e Auditoria; b. Contabilidade e Fiscalidade; c. Contabilidade e Administração		
				29	Instituto Superior de Ciências de Educação	1. Ensino da Pedagogia; 2. Ensino da Psicologia; 3. Ensino da História; 4. Ensino da Matemática	
						30	Escola Superior Politécnica
		Zaire	Universidade Eusebiano António - ULAN	31	Faculdade de Direito		
32	Faculdade de Economia						
33	Escola Superior Politécnica						
34	Escola Superior Pedagógica			1. Ensino da Língua Portuguesa-Francesa; 2. Ensino da Língua Portuguesa-Inglesa; 3. Ensino da Matemática; 4. Ensino da Física; 5. Ensino da Biologia; 6. Ensino da Química; 7. Educador de Infância			
				35	Escola Superior Politécnica	1. Mineração e Ambiente; 2. Metalurgia e Materiais; 3. Electromecânica; 4. Construção Civil	
						36	Escola Superior Pedagógica
Luanda Norte	ULAN			37	Faculdade de Agronomia		
				38	Faculdade de Medicina	1. Medicina	
				39	Faculdade de Medicina Veterinária		
		Prov.	40	Instituto Superior Politécnico			
			41	Escola Superior Politécnica			

Região Académica V	Ewambo	Universidade José Eduardo dos Santos - UJES	42	Faculdade de Direito	1. Direito a. Direito Jurídico Civil; b. Direito Jurídico Económico; c. Direito Jurídico Político	
			43	Faculdade de Economia	1. Economia; 2. Gestão a. Gestão de Empresas; b. Gestão Financeira; 3. Contabilidade a. Contabilidade e Auditoria; b. Contabilidade e Fiscalidade; c. Contabilidade e Administração	
			44	Faculdade de Ciências Agrárias	1. Agronomia a. Produção Agrícola; b. Biologia Agrícola; c. Engenharia Rural	
			45	Faculdade de Medicina	1. Medicina	
			46	Faculdade de Medicina Veterinária	1. Medicina Veterinária a. Medicina Veterinária; b. Zootecnia	
			47	Instituto Superior Politécnico	1. Enfermagem; 2. Laboratório Clínico; 3. Electromedicina; 4. Engenharia Informática; 5. Engenharia de Telecomunicações	
	Bia	Prov.	UJES	48	Instituto Superior de Ciências de Educação	1. Ensino da Pedagogia; 2. Ensino da Psicologia; 3. Ensino da Biologia; 4. Ensino da Matemática; 5. Ensino da Geografia
				49	Escola Superior Politécnica	1. Ensino da Pedagogia; 2. Ensino da Psicologia; 3. Ensino da Geografia; 4. Ensino da Matemática
	Moxico	Prov.	UJES	50	Escola Superior Pedagógica	1. Ensino da Matemática; 2. Ensino da Química; 3. Ensino da Física; 4. Ensino da Geografia; 5. Enfermagem; 6. Laboratório Clínico
				51	Escola Superior Politécnica	1. Ensino da Matemática; 2. Ensino da Química; 3. Ensino da Física; 4. Ensino da Geografia; 5. Enfermagem; 6. Laboratório Clínico





O Conselho Nacional das Instituições da  
Rede Federal de Educação Profissional,  
Científica e Tecnológica (Conif) – Brasil

---

## O Conif<sup>1</sup>

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) congrega todas as Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. É uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação.

A valorização, o fortalecimento, a defesa e a consolidação das instituições de educação profissional, científica e tecnológica integram os principais objetivos do Conif, que contabiliza 354 unidades implantadas no Brasil, reunidas em 38 institutos federais, dois centros federais de educação profissional e tecnológica, uma universidade tecnológica federal e o Colégio Pedro II.

Para o êxito das ações, o Conif desenvolve atividades de promoção de estudos e projetos, de natureza interdisciplinar e interinstitucional, por meio de eventos como congressos, conferências, seminários e encontros; incentiva o intercâmbio de informações e experiências entre as instituições que compõem o Conselho e também com instituições de ensino, pesquisa e extensão, entidades culturais, científicas e tecnológicas nacionais e estrangeiras; executa articulações com os diversos entes públicos e a sociedade civil organizada nas esferas federal, estadual e municipal.

HISTÓRICO - criado em março de 2009, após a publicação da Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o Conif foi consolidado simultâneo à extinção do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica - Concefet, implantado a partir do Conselho de Diretores das Escolas Técnicas Federais (Conditec), então representante das antigas Escolas Técnicas Federais.

Regimento Interno.

---

<sup>1</sup> In [http://www.conif.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3&Itemid=12](http://www.conif.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=12)

## Região Norte

### Norte

Qui, 16 de Setembro de 2010 11:07 |

#### ACRE

##### **INSTITUTO FEDERAL ACRE**

**Endereço:** BR 364 KM 4 - Campus Universitário da UFAC - SALA 1 E 2 da Biblioteca  
Rio Branco

**Telefone:** (68)3901-2711

**E-mail:** [ifac@ifac.edu.br](mailto:ifac@ifac.edu.br)

**Site:** [www.ifac.edu.br](http://www.ifac.edu.br)

#### AMAZONAS

##### **INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS**

**Endereço:** Avenida Sete de Setembro, 1975 - Centro - Manaus/Am

**Telefone:** (92)3621-6700

**E-mail:** [gabinete@ifam.edu.br](mailto:gabinete@ifam.edu.br)

**Site:** [www.ifam.edu.br](http://www.ifam.edu.br)

#### AMAPÁ

##### **INSTITUTO FEDERAL AMAPÁ**

**Endereço:** Avenida Ernestino Borges, 551 - Bairro: Julião Ramos - Macapá

**Telefone:** (96)3223-5510

**E-mail:** [reitoria@ifpa.edu.br](mailto:reitoria@ifpa.edu.br)

**Site:** [www.ifpa.edu.br](http://www.ifpa.edu.br)

#### PARÁ

##### **INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ**

**Endereço:** Travessa Marize Barros, 2220 - Bairro Marco - Belém

**Telefone:** (91)3228-1719

**E-mail:** [reitoria@ifpa.edu.br](mailto:reitoria@ifpa.edu.br)

**Site:** [www.ifpa.edu.br](http://www.ifpa.edu.br)

#### RONDÔNIA

##### **INSTITUTO FEDERAL RONDÔNIA**

**Endereço:** Avenida Jorge Teixeira, Nº 3146 - CETENE Sator Industrial

**Telefone:** (69)3225-5045  
**E-mail:** [reitoria@ifro.edu.br](mailto:reitoria@ifro.edu.br)  
**Site:** [www.ifro.edu.br](http://www.ifro.edu.br)

## **RORAIMA**

### **INSTITUTO FEDERAL RORAIMA**

**Endereço:** Avenida Capitão Júlio Bezerra, 1392, Aparecida - Boa Vista

**Telefone:** (95) 3624-1224

**E-mail:** [gabinete.reitoria@ifrr.edu.br](mailto:gabinete.reitoria@ifrr.edu.br)

**Site:** [www.ifrr.edu.br](http://www.ifrr.edu.br)

## **TOCANTINS**

### **INSTITUTO FEDERAL TOCANTINS**

**Endereço:** Av. Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 201 Sul, Conjunto 01, Lote 09,  
Centro, Palmas

**Telefone:** (63)32121529

**E-mail:** [reitoria@ifto.edu.br](mailto:reitoria@ifto.edu.br)

**Site:** [www.ifto.edu.br](http://www.ifto.edu.br)

## Região Nordeste

### Nordeste

Qui, 16 de Setembro de 2010 11:07 |

#### ALAGOAS

##### INSTITUTO FEDERAL ALAGOAS

**Endereço:** Rua Barão de Atalaia, s/n° - Centro - Maceió

**Telefone:** (82)2126-7051

**E-mail:** [secgab@cefet-al.br](mailto:secgab@cefet-al.br)

**Site:** [www.cefet-al.br](http://www.cefet-al.br)

#### BAHIA

##### INSTITUTO FEDERAL BAIANO

**Endereço:** Rua do Rouxinol 115 - Bairro: Imbuí - Salvador

**Telefone:** (71)3186 0001

**E-mail:** [moura@eafcatu.gov.br](mailto:moura@eafcatu.gov.br)

**Site:** [www.ifbaiano.edu.br](http://www.ifbaiano.edu.br)

##### INSTITUTO FEDERAL BAHIA

**Endereço:** Rua Emílio dos Santos, s/n° - Barbalho - Salvador

**Telefone:** (71)2102-0621

**E-mail:** [gabinete@ifba.eud.br](mailto:gabinete@ifba.eud.br)

**Site:** [www.ifba.edu.br](http://www.ifba.edu.br)

#### CEARÁ

##### INSTITUTO FEDERAL CEARÁ

**Endereço:** Avenida 13 de Maio, 2081 - Benfica - Fortaleza

**Telefone:** (85)3307-3666

**E-mail:** [gabinete@ifce.edu.br](mailto:gabinete@ifce.edu.br)

**Site:** [www.ifce.edu.br](http://www.ifce.edu.br)

#### MARANHÃO

##### INSTITUTO FEDERAL MARANHÃO

**Endereço:** Avenida Getúlio Vargas, 4 - Monte Castelo - São Luiz

**Telefone:** (98)3218-9001  
**E-mail:** [coplan@cefet-ma.br](mailto:coplan@cefet-ma.br)  
**Site:** [www.cefet-ma.br](http://www.cefet-ma.br)

## PARAÍBA

**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA**  
**Endereço:** Avenida Primeiro de Maio, 720 - Jaguaribe - João Pessoa  
**Telefone:** (83)3208-3088  
**E-mail:** [reitoria@ifpb.edu.br](mailto:reitoria@ifpb.edu.br)  
**Site:** [www.ifpb.edu.br](http://www.ifpb.edu.br)

## PERNAMBUCO

**INSTITUTO FEDERAL PERNAMBUCO**  
**Endereço:** Avenida Prof. Luiz Freire, 500 - Cidade Universitária - Recife  
**Telefone:** (81)2125-1600  
**E-mail:** [gabinete@reitoria.fpe.edu.br](mailto:gabinete@reitoria.fpe.edu.br)  
**Site:** [www.ifpe.edu.br](http://www.ifpe.edu.br)

**INSTITUTO FEDERAL SERTÃO PERNAMBUCANO**  
**Endereço:** Rua Coronel Amorim, nº 76 - Centro, Petrolina-PE - CEP: 56.302-320.  
**Telefone:** (87)3862-2330  
**E-mail:** [reitoria@ifsertao-pe.edu.br](mailto:reitoria@ifsertao-pe.edu.br)  
**Site:** [www.ifsertao-pe.edu.br/](http://www.ifsertao-pe.edu.br/)

## PIAUI

**INSTITUTO FEDERAL PIAUI**  
**Endereço:** Praça da Liberdade, 1597 - Centro - Teresina  
**Telefone:** (86)3215-5206  
**E-mail:** [fsantana@cefetpi.br](mailto:fsantana@cefetpi.br)  
**Site:** [www.cefetpi.br](http://www.cefetpi.br)

## RIO GRANDE DO NORTE

**INSTITUTO FEDERAL RIO GRANDE DO NORTE**  
**Endereço:** Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol - Natal  
**Telefone:** (84) 4005-0750 / 0751  
**E-mail:** [gabinete.reitoria@ifrn.edu.br](mailto:gabinete.reitoria@ifrn.edu.br)  
**Site:** [www.ifrn.edu.br](http://www.ifrn.edu.br)

## **SERGIPE**

### **INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE**

**Endereço:** Avenida Eng° Gentil Tavares da Mota, N° 1166 - Getúlio Vargas

**Telefone:** (79)3216-3158

**E-mail:** [direcao@cefetse.edu.br](mailto:direcao@cefetse.edu.br)

**Site:** [www.cefetse.edu.br](http://www.cefetse.edu.br)



## Região Centro-Oeste

### Centro-Oeste

Qui, 16 de Setembro de 2010 11:08 |

#### **DISTRITO FEDERAL**

##### **INSTITUTO FEDERAL BRASÍLIA**

**Endereço:** SEPN 504, Bloco A, 3º Andar - Edifício Ana Carolina - Brasília

**Telefone:** (61)3905-5454

**E-mail:** [ifb@mec.gov.br](mailto:ifb@mec.gov.br)

**Site:** [www.ifb.edu.br](http://www.ifb.edu.br)

#### **GOIÁS**

##### **INSTITUTO FEDERAL GOIÁS**

**Endereço:** Rua 75, Nº 46 - Setor Central - Goiânia

**Telefone:** (62)3227-2836

**E-mail:** [ccs@ifgoias.edu.br](mailto:ccs@ifgoias.edu.br)

**Site:** [www.ifgoias.edu.br](http://www.ifgoias.edu.br)

##### **INSTITUTO FEDERAL GOIANO**

**Endereço:** Rua C - 137 Quandra 567 Lote 05 Sala 03 - Nova Suíça - Goiânia

**Telefone:** (64)32742006

**E-mail:** [ifgoiano@ifgoiano.edu.br](mailto:ifgoiano@ifgoiano.edu.br)

**Site:** [www.ifgoiano.edu.br](http://www.ifgoiano.edu.br)

#### **MATO GROSSO DO SUL**

##### **INSTITUTO FEDERAL MATO GROSSO DO SUL**

**Endereço:** Avenida Afonso Pena 775 - Amambai

**Telefone:** (67)3042-5117

**E-mail:** [reitoria@ifms.edu.br](mailto:reitoria@ifms.edu.br)

**Site:** [www.ifms.edu.br](http://www.ifms.edu.br)

#### **MATO GROSSO**

##### **INSTITUTO FEDERAL MATO GROSSO**

**Endereço:** Rua Comandante Costa, 1144 - Edifício Tarcom - Sala 12 - Centro - Cuiabá

**Telefone:** (65)3624-6539

**E-mail:** [reitoria@ifmt.edu.br](mailto:reitoria@ifmt.edu.br)

**Site:** [www.ifmt.edu.br](http://www.ifmt.edu.br)

## Região Sudeste

### Sudeste

Qui, 16 de Setembro de 2010 11:08 |

#### ESPÍRITO SANTO

##### INSTITUTO FEDERAL ESPÍRITO SANTO

**Endereço:** Avenida Vitória, 1729 - Jucutuquara - Vitória

**Telefone:** (27)3331-2222

**E-mail:** [gabinete@ifes.edu.br](mailto:gabinete@ifes.edu.br)

**Site:** [www.ifes.edu.br](http://www.ifes.edu.br)

#### MINAS GERAIS

##### INSTITUTO FEDERAL NORTE DE MINAS GERAIS

**Endereço:** Rua Gabriel Passos, 259 - Centro - Montes Claros

**Telefone:** (38) 3201-3050

**E-mail:** [gabinete@ifnmg.edu.br](mailto:gabinete@ifnmg.edu.br)

**Site:** [www.ifnmg.edu.br](http://www.ifnmg.edu.br)

##### INSTITUTO FEDERAL SUDESTE DE MINAS

**Endereço:** Avenida Francisco Bernardino, 165 - Centro - Juiz de Fora

**Telefone:** (32)3216-2366

**E-mail:** [gabinete@ifsudeste.edu.br](mailto:gabinete@ifsudeste.edu.br)

**Site:** [www.ifsudeste.edu.br](http://www.ifsudeste.edu.br)

##### INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS

**Endereço:** Avenida Professor Mário Werneck, 2590 - Buritis - Belo Horizonte

**Telefone:** (31)2513-5105

**E-mail:** [gabinete@ifmg.edu.br](mailto:gabinete@ifmg.edu.br)

**Site:** [www.ifmg.edu.br](http://www.ifmg.edu.br)

##### INSTITUTO FEDERAL SUL DE MINAS

**Endereço:** Rua Ciomara Amaral de Paula, 167, Bairro Medicina - Pouso Alegre

**Telefone:** (35)3449-6159

**E-mail:** [reitoria@ifsuldeminas.edu.br](mailto:reitoria@ifsuldeminas.edu.br)

**Site:** [www.ifsuldeminas.edu.br](http://www.ifsuldeminas.edu.br)

##### INSTITUTO FEDERAL TRIÂNGULO MINEIRO

**Endereço:** Av. Barão do Rio Branco, 770 - Bairro São Benedito - Uberaba

**Telefone:** (34)3326-1100

**E-mail:** [reitor@iftm.edu.br](mailto:reitor@iftm.edu.br)

**Site:** [www.iftm.edu.br](http://www.iftm.edu.br)

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

**Endereço:** Avenida Amazonas, 5253 - Nova Suíça - Belo Horizonte

**Telefone:** (61)3319-7006

**E-mail:** [gabinete@adm.cefetmg.br](mailto:gabinete@adm.cefetmg.br)

**Site:** [www.cefetmg.br](http://www.cefetmg.br)

**RIO DE JANEIRO**

**INSTITUTO FEDERAL RIO DE JANEIRO**

**Endereço:** Rua Lúcio Tavares, 1045 - Centro - Nilópolis

**Telefone:** (21)2691-9802

**E-mail:** [gr@ifrj.edu.br](mailto:gr@ifrj.edu.br)

**Site:** [www.ifrj.edu.br](http://www.ifrj.edu.br)

**INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE**

**Endereço:** Rua Doutor Siqueira, 273 - Dom Bosco Campos dos Goytacazes

**Telefone:** (22)2733-3079

**E-mail:** [gabinete@iff.edu.br](mailto:gabinete@iff.edu.br)

**Site:** [www.iff.edu.br](http://www.iff.edu.br)

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA**

**Endereço:** Avenida Maracanã, 229 - Maracanã

**Telefone:** (21)2568-8690

**E-mail:** [badenes@cefet-rj.br](mailto:badenes@cefet-rj.br)

**Site:** [www.cefet-rj.br](http://www.cefet-rj.br)

**SÃO PAULO**

**INSTITUTO FEDERAL SÃO PAULO**

**Endereço:** Rua Pedro Vicente, 625 - Canindé - São Paulo

**Telefone:** (11)2763-7563

**E-mail:** [gab@cefetsp.br](mailto:gab@cefetsp.br)

**Site:** [www.cefetsp.br](http://www.cefetsp.br)



## Região Sul

### Sul

Qui, 16 de Setembro de 2010 11:09 |

#### PARANÁ

##### **INSTITUTO FEDERAL PARANÁ**

**Endereço:** Avenida Comendador Franco, 2415 - Guabirota - Curitiba

**Telefone:** (41)3595-7611

**E-mail:** [gabinete@ifpr.edu.br](mailto:gabinete@ifpr.edu.br)

**Site:** [www.ifpr.edu.br](http://www.ifpr.edu.br)

##### **UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR**

**Endereço:** Avenida Set de Setembro, 3165 - Rebouças - Curitiba

**Telefone:** (41)33104858

**E-mail:** [reitoria@utfpr.edu.br](mailto:reitoria@utfpr.edu.br)

**Site:** [www.utfpr.edu.br](http://www.utfpr.edu.br)

#### RIO GRANDE DO SUL

##### **INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE**

**Endereço:** Praça Vinte de Setembro, 455 - Centro - Pelotas

**Telefone:** (53)2123-1000

**E-mail:** [reitoria@ifsul.edu.br](mailto:reitoria@ifsul.edu.br)

**Site:** [www.ifsul.edu.br](http://www.ifsul.edu.br)

##### **INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

**Endereço:** Rua Esmeralda, Nº 430 - Camobi - Santa Maria

**Telefone:** (55)3226-1603

**E-mail:** [gabreitoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@iffarroupilha.edu.br)

**Site:** [www.iffarroupilha.edu.br](http://www.iffarroupilha.edu.br)

##### **INSTITUTO FEDERAL RIO GRANDE DO SUL**

**Endereço:** Avenida Osvaldo Aranha, 540 - Bairro Juventude - Bento Gonçalves

**Telefone:** (54)3455-3231

**E-mail:** [gabinete@ifrs.edu.br](mailto:gabinete@ifrs.edu.br)

**Site:** [www.ifrs.edu.br](http://www.ifrs.edu.br)

#### SANTA CATARINA

##### **INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE**

**Endereço:** Rua das Missões, Nº 100 Bairro Ponta Aguda - Blumenau

**Telefone:** (47)3331-7890

**E-mail:** [ifc@ifc.edu.br](mailto:ifc@ifc.edu.br)

**Site:** [www.ifc.edu.br](http://www.ifc.edu.br)

**INSTITUTO FEDERAL SANTA CATARINA**

**Endereço:** Avenida Mauro Ramos, 755 - Centro - Florianópolis

**Telefone:** (48)3877-9060

**E-mail:** [reitoria@ifsc.edu.br](mailto:reitoria@ifsc.edu.br)

**Site:** [www.ifsc.edu.br](http://www.ifsc.edu.br)

**COOPERAÇÃO EXISTENTE ENTRE  
OS INSTITUTOS POLITÉCNICOS PORTUGUESES  
E  
OS PALOP's, BRASIL E TIMOR**



**COOPERAÇÃO EXISTENTE ENTRE OS INSTITUTOS POLITÉCNICOS PORTUGUESES E OS PALOP's, BRASIL E TIMOR**

IP's	Timor	Brasil	São Tomé e Príncipe	Cabo Verde	Guiné	Angola	Mozambique
Beja	X	X	X	X	X	X	X
Bragança	X	X	X		X	X	
Castelo Branco	X						
Cavado e Ave	X	X					
Coimbra							
Guarda		X					
Leiria		X	X	X	X	X	X
Lisboa	X	X		X		X	X
Portalegre	X	X					
Porto							
Santarém							
Setúbal		X		X	X	X	
Tomar				X		X	
Viana do Castelo	X	X	X	X	X	X	X
Viseu		X		X			
E. S. H. T. Estoril		X				X	X
Infante D. Henrique				X		X	
E. S. Enf. - Coimbra		X	X	X		X	

## COOPERAÇÃO COM O BRASIL

<b>IPBeja</b>	<p>Protocolos com : Universidade da Amazônia (UNAMA); Univ. Belém; Univ. Pará e com a Associação Educacional São Paulo Apóstolo.</p> <p>Projectos de investigação no domínio do Direito e no âmbito de Projectos Ibero-Americano com as seguintes instituições: Universidade Federal de Santa Catarina,, Florianópolis; Universidade Federal de Sergipe, Aracujá; e, Pontifica do Paraná, Curitiba.</p>
<b>IPBragança</b>	<p>Protocolos com: Univ. Federal do Ceará; Univ. Federal do Mato Grosso; Univ. Federal de Pelotas; Univ. Federal de Viçosa; Univ. Federal de Goiás; Univ. Federal do Recôncavo da Bahia; Univ. Federal do Alagoas; Univ. Federal de Santa Catarina; Univ. Federal do Lavras; Univ. de São Paulo; Univ. Caxias do Sul; Univ. Estadual Paulista; Univ. Estadual Feira Santana; Faculdade Sete de Setembro; Embrapa.</p>
<b>IPCavado e Ave</b>	<p>Protocolo com a Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia, com a Esc. Sup. de Design Industrial - Rio de Janeiro</p>
<b>IPGuarda</b>	<p>Protocolos com: - Fundação Universidade de Pernambuco/UPE; Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco; Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO); Universidade da Amazônia (UNAMA); Universidade Potiguar -- UnP (Natal); Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte; Centro Universitário Metodista IPA (Instituto Porto Alegre); Universidade Estadual de Goiás.</p>
<b>IPLeiria</b>	<p>Protocolos assinados com: Centro Universitário UNIVATES; Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Universidades Integradas do Brasil (UNIBRASIL); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade de São Paulo (USP); Centro Universitário (FEEVALE).</p>
<b>IPLisboa</b>	<p>Protocolos celebrados pela <u>Escola Superior de Teatro e Cinema</u> com: Universidade de São Paulo – Escola de Comunicação e Artes; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal Fulminense – Niterói; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UnIRio.</p> <p>Protocolos celebrados pela <u>Escola Superior de Saúde</u> com: Centro Universitário da Bahia; Centro Universitário Nilton Lins, Manaus; Hospital AC Camargo, S. Paulo; Hospital do Câncer 1, Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação, Rio de Janeiro; Centro de Reabilitação do Rio de Janeiro; Universidade Federal de Pernambuco, Recife; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Osvaldo Cruz.</p> <p>Protocolos celebrados pelo <u>Instituto Superior de Engenharia de Lisboa</u>: Univ. Católica do Rio de Janeiro; Univ. Franca do Brasil; Univ. do Estado do Rio de Janeiro; Univ. de São Paulo.</p>

<b>IPPortalegre</b>	Protocolo com a Fundação Universitária de Ciências da Saúde de Alagoas.
<b>IPSetúbal</b>	Protocolos estabelecidos com 5 Universidades Brasileiras.
<b>IPViseu</b>	Protocolos estabelecidos com : Univ. Federal do Rio de Janeiro; Univ. de Pernambuco; Universidade de São Paulo.
<b>ESHTE</b>	Protocolos com: Univ. do Sul de Santa Catarina; Univ. de Caxias do Sul; Fundação Mineira de Educação e Cultura – Minas Gerais; Fundação Cultural de Belo Horizonte; Pontifícia Universidade Católica do Paraná
<b>E.S.Enf.Coimbra</b>	Tem acordos com várias Universidades para mobilidade académica de estudantes e docentes.

**Actividades previstas:** Colaboração ao nível de projectos de investigação e desenvolvimento e mobilidade de Alunos e Docentes.

## COOPERAÇÃO COM TIMOR-LESTE

<b>IPBeja</b>	<p>Protocolo de Cooperação com a Fundação das Universidades Portuguesas onde estiveram envolvidos quatro docentes nas áreas de Educação e Ciências Agrárias.</p> <p>Recebeu 3 alunos, tendo dois deles já concluído os seus cursos.</p> <p>Programa de Cooperação das Universidades Portuguesas.</p>
<b>IPBragança</b>	
<b>IPCastelo Branco</b>	<p>Protocolo de Cooperação com a Fundação das Universidades Portuguesas onde estiveram envolvidos seis docentes na âmbito das Ciências Agrárias.</p>
<b>IPCavado e Ave</b>	<p>Protocolo de Cooperação com a Fundação das Universidades Portuguesas onde esteve envolvidos um docente da área do Direito.</p>
<b>IPLisboa</b>	<p>Protocolo existente entre a Esc. Sup. de Saúde e o Instituto de Ciências da Saúde de Dili;</p> <p>Programa de cooperação para o Ensino Superior (EDULINK), dos países ACP-EU, intitulado "Qualificação de Professores em Países Lusófonos", com os parceiros de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor-leste.</p>
<b>IPPortalegre</b>	<p>Protocolo de Cooperação com a Fundação das Universidades Portuguesas onde estiveram envolvidos docentes da Escola Superior Agrária.</p>
<b>IPViana do Castelo</b>	<p>Apoio à Formação de Formadores Nacionais e Regionais (em articulação com o Instituto de Formação Profissional e Contínua);</p> <p>Participação em Programa da FUP – Docência na Universidade Nacional de Timor Leste de docentes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão;</p> <p>Programa EDULINK.</p>

## COOPERAÇÃO COM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

<b>IPBeja</b>	<p>Protocolo de colaboração com o Ministério da Educação e Cultura de São Tomé e Príncipe.</p> <p>Protocolo com o Instituto Politécnico de São Tomé, tendo o Presidente do IPBeja sido membro do Conselho Científico.</p> <p>Realização de um projecto de mobilidade entre docentes e alunos do IPBeja e o Inst. Politécnico de São Tomé, financiado pela AULP.</p>
<b>IPBragança</b>	<p>Cooperação com o Instituto Superior Politécnico: Complemento de Formação de Professores; elaboração do currículo do curso de Eng<sup>a</sup> Agronómica; definição das metodologias de ensino e aprendizagem e processos de avaliação; elaboração do plano estratégico de desenvolvimento; colaboração na regência das disciplinas; planeamento das infra-estruturas pedagógicas e apetrechamento dos laboratórios; estimular o envolvimento de docentes de ambas as instituições em projectos de investigação e transferência de tecnologia.</p>
<b>IPLeiria</b>	<p>Acções de cooperação com o Ministério da Educação e a Direcção-geral de Turismo de São Tomé e Príncipe.</p> <p>Diagnóstico da situação do Ensino Secundário.</p> <p>Realização de um atelier sobre Turismo e Património (no âmbito do Congresso Internacional de Turismo e património).</p>
<b>IPLisboa</b>	Projecto EDULINK.
<b>IPSetúbal</b>	Projecto EDULINK.
<b>IPViana Castelo</b>	Projecto EDULINK.
<b>E.S.Enf. Coimbra</b>	Protocolo com o Ministério da Saúde, para a formação de quadros e aprofundamento de conhecimentos em áreas especializadas.

## COOPERAÇÃO COM CABO VERDE

<b>IPBeja</b>	<p>Protocolo de colaboração com a Câmara Municipal de Porto Novo, Ilha de Santo Antão; participação, no âmbito do protocolo, de docentes da Esc. Superior de Educação, nos domínios da formação de educadores de infância e professores do 1º ciclo; elaboração de um currículo para auxiliares de acção educativa para o ensino pré-escolar.</p> <p>Protocolo de colaboração com a Câmara da Vila da Ribeira Brava, Ilha de São Miguel tendo em vista a formação de recursos humanos qualificados nas áreas da educação e tecnologias da comunicação e informação.</p>
<b>IPLeiria</b>	<p>Cooperação com o Instituto Pedagógico de Cabo Verde através do apoio ao curso de formação de docentes;</p> <p>Outras actividades de cooperação: Curso de Formação de Professores com o Instituto Pedagógico; Curso de Licenciatura dos professores do Fogo e Brava; Curso de Formação de Inspectores e Orientadores do Ensino Básico; Actividades de Formação Contínua, de Consultadoria e de Avaliação; Apoio na elaboração do Currículo dos Cursos de Monitores e Educadores de Infância; Formação no âmbito da Avaliação Curricular; Avaliação do Curso de Formação à Distância, na ilha de Santo Antão; Colaboração na concepção e leccionação do Curso de Supervisão Escolar; Curso de Qualificação para o Exercício de Outras Funções Educativas (Área de Desenvolvimento Curricular).</p> <p>Cooperação com a Escola de Formação de Professores da Assomada; Filme sobre o Sistema Educativo de Cabo Verde;</p> <p>Formação de funcionários administrativos e de técnicos de audiovisuais; criação da página de Internet da Escola de Formação de Professores da Assomada.</p>
<b>IPLisboa</b>	<p>Cooperação com o Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar – Cabo Verde.</p> <p>Projecto EDULINK; Implementação de um mestrado em educação especial, em parceria da ESE e a Univ. de Cabo Verde;</p> <p>protocolos com: Univ. Cabo Verde; Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais de Cabo Verde.</p>
<b>IPSetúbal</b>	<p>Parecer sobre o currículo novo para a criação do curso de licenciatura em Enfermagem;</p> <p>Projecto EDULINK</p>
<b>IPTomar</b>	<p>Protocolos de cooperação com: Câmara Municipal do Tarrafal; Câmara Municipal de Santa Catarina; Câmara Municipal da Boa Vista; Câmara Municipal do Sal, Instituto Superior de Educação de Cabo Verde; Comissão Nacional para a instalação da Universidade de Cabo Verde.</p>
<b>IPViana Castelo</b>	<p>Programa de Mobilidade Docente e discente de reforço do Espaço Lusófono, nomeadamente com Câmaras do interior de Santiago, Mosteiros ilha do Fogo e Ministério da Educação (delegações da educação e IP);</p> <p>Projecto EDULINK.</p>

<b>IPViseu</b>	Protocolos com os municípios do Sal e de São Filipe.
<b>Infante D.Henrique</b>	Acordo de cooperação com o Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar, agora integrado na Univ. Cabo Verde, nas áreas de formação e certificação de pessoal marítimo.
<b>E.S.Enf. Coimbra</b>	Protocolo com a Univ. Cabo Verde para o desenvolvimento do curso de Enfermagem e Complemento de Formação em Enfermagem, para enfermeiros.

## COOPERAÇÃO COM GUINÉ-BISSAU

<b>IPBeja</b>	Participação em parceria com a UCCLA, na criação de uma Escola Profissional de Agricultura na região de Gabu; Colaboração com a Escola Profissional do Quelélé.
<b>IPBragança</b>	Projecto de investigação financiado pela UE, na área apícola (a iniciar).
<b>IPLeiria</b>	Colaboração com a Universidade Colinas do Boé (formação, mobilidade de estudantes e professores); Apoio à Escola de Formação Profissional do Quelélé; avaliação da Escola e diagnóstico da formação – (observatório da Escola); Formação de auxiliares de acção educativa; Formação em informática (Bissau e S. Domingos); Construção e manutenção de um site sobre a organização não governamental para o desenvolvimento; apoio logístico (material diverso, bibliografia e equipamento multimédia); Participação em projecto de educação para o desenvolvimento na área do ambiente sustentado e participação no projecto U'ANAN – Construir o Desenvolvimento Comunitário Sustentável na Região de Tombali : Ecoturismo e Cidadania (cooperação com o Instituto Marquês de Valle Flor). Participação no projecto sobre turismo sustentável (apoio na formação e diagnóstico em energias alternativas, em parceria com a AD Guiné- Bissau). Cooperação com o Ministério do Turismo e do Ordenamento do Território. Implementação das televisões comunitárias da Guiné-Bissau (parceria com a AD Guiné-Bissau).
<b>IPSetúbal</b>	A ESE deste Instituto tem uma vasta experiência de trabalho neste país (concepção de manuais e de programa de Língua Portuguesa da 1ª à 6ª classe). Nos últimos anos desenvolveu uma parceria com o PAEG e a Escola Normal 17 de Fevereiro, em que têm trabalhado no âmbito da supervisão e da prática pedagógica; Projecto EDULINK
<b>IPViana Castelo</b>	Apoio ao Centro Multifuncional da Juventude em Gabu/centro informático para jovens PASEG II (Projecto de Apoio ao Sector da Educação na Guiné-Bissau); Projecto EDULINK.



## COOPERAÇÃO COM ANGOLA

<b>IPBeja</b>	<p>Protocolo com o Governo Provincial do Huambo principalmente no âmbito da mobilidade de alunos; Participação na criação de uma Escola Superior no Kwanza Norte, tendo participado em colaboração com o IPLeiria na elaboração de currículos, seleção de docentes locais e enviado docentes e especialistas para apoio ao lançamento da Escola. Participação de um docente, através de um protocolo celebrado com a AGR.GÊS – Sociedade de Estudos e Projectos, Lda, na realização do “Estudo para a Implementação de Projectos Tipo de Produção de Cereais (milho) e leguminosas (feijão) na Província do Kwanza Sul – Município da Qibala, Waku-Kungo e Kassongue”.</p>
<b>IPBragança</b>	<p>Cooperação com as seguintes Instituições de Ensino Superior:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>Instituto Politécnico do Kwanza Sul</u>: Elaboração do currículo dos cursos; Formação inicial aos docentes da Escola Superior Agrária do Kwanza Sul; Definição das metodologias de ensino e aprendizagem e nos processos de avaliação; Elaboração do plano estratégico de desenvolvimento; Planeamento das infra-estruturas pedagógicas e apetrechamento dos laboratórios; Estimular o envolvimento de docentes de ambas as instituições em projectos de investigação e transferência de tecnologia; Colaboração na criação de cursos médios, no âmbito da formação técnica e profissional.</li> <li>- <u>Universidade Angolense Internacional</u> (privada em aprovação): Elaboração do currículo dos cursos da área das ciências agrárias; Colaboração na regência das disciplinas dos cursos; apoio à elaboração do plano estratégico de desenvolvimento; Planeamento das infra-estruturas pedagógicas e apetrechamento dos laboratórios.</li> <li>- <u>Universidade Politécnica Fernando Marcelino</u> (privada em aprovação): Participação na elaboração do plano estratégico de desenvolvimento; elaboração do currículo do curso de Eng. Informática; Regência de algumas disciplinas.</li> </ul>
<b>IPLeiria</b>	<p>Colaboração com a Escola Portuguesa de Luanda, através da assinatura de um protocolo com a Cooperativa Portuguesa de Ensino em Angola, o qual inclui Formação de Professores, formação Pedagógica de Professores, Licenciatura em Professores do Ensino Básico – 1º ciclo e Licenciatura em Educação de Infância.</p> <p>Cooperação com a Província do Kwanza Norte; Cooperação Humanitária Colégio Santa Maria Goretti, no N° datatando; Apoio Científico à Universidade Óscar Ribas (Luanda).</p>
<b>IPLisboa</b>	<p>Protocolos assinados entre a Escola Superior de Tecnologia da Saúde e: Escola Técnica e Profissional de Saúde de Luanda; Instituto Médio de Saúde do Bengo; Universidade Agostinho Neto.</p>
<b>IPSetúbal</b>	<p>Contactos com o Governo Angolano para colaboração num projecto no ensino da enfermagem.</p> <p>Projecto PREPA – Projecto de Formação de Formadores de Professores para o Ensino Primário em Angola. O projecto resultou de um convite da Fundação Calouste Gulbenkian que conjuntamente com o governo Angolano o estão a financiar.</p>

<b>IPTomar</b>	<p>Protocolos assinados com: Universidade Agostinho Neto; Universidade Metodista de Angola; Escola de Formação Tecnológica de Angola;</p> <p>Projecto de Estudo da Arte Rupestre e Arqueologia do Ebo (Angola). Este projecto tem por base uma parceria com o Instituto Nacional do Património Cultural de Angola e o Instituto de Investigação Científica Tropical (UTAD) e foi apresentada a candidatura à FCT e à Gulbenkian.</p>
<b>IPViana Castelo</b>	<p>Centro de Recursos Educativo (em fase de implementação em Malange);</p> <p>Assistencia Científico-Pedagógica ao Programa “Saber Mais” da Cooperação Portuguesa (Benguela e Namibe);</p> <p>Programa de Acção à ADRA que envolvia a cooperação entre as seguintes Instituições angolanas: Instituto de Investigação Agronómica de Angola; Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Agostinho Neto;</p> <p>Instituto Médio Agrário do Huambo; Centro de Fitologia de Angola; União das Associações de Camponeses da Caála.</p>
<b>ESHTEstoril</b>	<p>Cooperação no ano lectivo de 2007/08.</p>
<b>Inf. D. Henrique</b>	<p>Acordo com o Ministério das Pescas na área da formação, especialmente com a admissão de formandos nos mestrados de Gestão Portuária e de Engenharia de Máquinas Marítimas;</p> <p>Acordo com a Administração do Porto de Cabinda para a formação de pessoal portuário e marítimo aí existente.</p>
<b>E.S.Enf.Coimbra</b>	<p>Protocolo com a Univ. Agostinho Neto, para mobilidade de docentes e discentes e cooperação ao nível da investigação</p>

## COOPERAÇÃO COM MOÇAMBIQUE

<b>IPBeja</b>	Protocolo de cooperação com a Universidade Pedagógica – Delegação de Nampula. No âmbito deste protocolo decorreram, nos anos lectivos de 2007/08 e 2008/09, acções de formação para Professores da Universidade ministradas por docentes do Politécnico sobre: avaliação, educação e desenvolvimento e comunicação multimédia. Desenvolveu-se ainda a componente de Formação de Professores em Educação à Distância; Foram, igualmente, realizadas em colaboração com Agências de Desenvolvimento Locais, da região de Nampula, acções sobre empreendedorismo, no âmbito de um projecto de desenvolvimento local, com financiamento comunitário.
<b>IPLeiria</b>	Protocolo assinado com o Instituto Superior Politécnico e Universitário de Moçambique (Licenciatura em Professores do Ensino Básico – 1º Ciclo e Licenciatura em Educação de Infância). Colaboração com a Universidade Pedagógica – Delegação de Nampula, na componente de Formação de Professores em Educação à Distância); Protocolo com a AMOJOC – Associação Moçambicana de Jovens Contabilistas.
<b>IPLisboa</b>	Projecto EDULINK;
<b>IPSetúbal</b>	Protocolos assinados com: Instituto de Ciências da Saúde; Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique. Projecto EDULINK.
<b>IPViana Castelo</b>	Projecto EDULINK.
<b>ESHTEstoril</b>	Acordo de cooperação com a Universidade Eduardo Mondlane.





# Vagas e Candidatos Colocados Por Anos

✉ Av. 5 de Outubro, 89 – 3º 1050-050 LISBOA ☎ Tel: 217 928 350/60 📠 FAX: 217 928 369

💻 [ccisp@ccisp.pt](mailto:ccisp@ccisp.pt)



## DGES Direcção Geral do Ensino Superior

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

### ANEXO I

#### CANDIDATOS E COLOCADOS POR ANOS

		Total	Excluídos	Válidos	Colocados
Candidatos	2001	47550	2340	45210	36381
	2002	48758	2466	46292	38379
	2003	43776	2114	41662	36077
	2004	44096	1501	42595	37568
	2005	39193	217	38976	33520
	2006	40860	339	40521	34860
	2007	52148	676	51472	41938
	2008	53451	389	53062	44336
	2009	52812	273	52539	45277
	2010	52178	336	51842	45592
	2011	46899	263	46636	42243

#### COLOCADOS POR OPÇÃO

Opção	Colocados	%Total
1.ª	24653	58%
2.ª	8082	19%
3.ª	4372	10%
4.ª	2470	6%
5.ª	1620	4%
6.ª	1046	2%
	42243	

#### COLOCADOS E VAGAS SOBANTES POR ÁREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Designação da Área	Colocados 2011	Sobras p/ 2.ª fase 2011
Educação	1300	491
Artes e Humanidades	4875	1001
Ciências Sociais, Comércio e Direito	12116	3521
Ciências, Matemática e Informática	3885	1099
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	9004	3597
Agricultura	706	491
Saúde e Protecção Social	7482	712
Serviços	2845	1026
Não especificado	30	0
<b>TOTAL</b>	<b>42243</b>	<b>11938</b>



# DGES Direcção Geral do Ensino Superior

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

## VAGAS E COLOCADOS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Instituição	Vagas 2011	Colocados 2011
Universidade dos Açores	683	473
Universidade do Algarve	1852	1169
Universidade de Aveiro	2089	1778
Universidade da Beira Interior	1295	1165
Universidade de Coimbra	3189	3099
Universidade de Évora	1121	907
Universidade de Lisboa	3920	3453
Universidade Técnica de Lisboa	3741	3533
Universidade Nova de Lisboa	2706	2600
Universidade do Minho	2774	2556
Universidade do Porto	4160	4130
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1365	1203
Universidade da Madeira	605	522
Instituto Politécnico de Beja	635	261
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	855	472
Instituto Politécnico de Bragança	1873	652
Instituto Politécnico de Castelo Branco	1033	524
Instituto Politécnico de Coimbra	1967	1556
Instituto Politécnico da Guarda	789	291
Instituto Politécnico de Leiria	2206	1412
Instituto Politécnico de Lisboa	2488	1985
Instituto Politécnico de Portalegre	720	289
Instituto Politécnico do Porto	3132	2900
Instituto Politécnico de Santarém	1094	572
Instituto Politécnico de Setúbal	1332	701
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	991	655
Instituto Politécnico de Viseu	1542	703
Instituto Politécnico de Tomar	715	189
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	1135	1096
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	320	321
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	300	303
Escola Superior de Enfermagem do Porto	270	270
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	173	77
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	430	426
<b>TOTAL</b>	<b>53500</b>	<b>42243</b>

## Colocados na Primeira Fase 2011 nas Instituições do Interior

Instituição	Colocados 2011
Beja	261
Bragança	652
Castelo Branco	524
Guarda	291
Portalegre	289
Tomar	189
Viseu	703
<b>TOTAL</b>	<b>2909</b>



**DESCOBRER. ESCOLHER. CONCORRER.**  
**ACESSO AO ENSINO SUPERIOR 2011\_2012**



CONCURSO NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR | CANDIDATOS POR DISTRITO/REGIÃO AUTÓNOMA

1.ª FASE \_ DADOS ACTUALIZADOS ATÉ 17 DE AGOSTO DE 2011

Distrito/Região Autónoma	Candidatos
Aveiro	2417
Beja	488
Braga	4622
Bragança	543
Castelo Branco	817
Coimbra	2368
Évora	746
Faro	1597
Guarda	587
Leiria	2336
Lisboa	10593
Portalegre	394
Porto	9174
Santarém	1697
Setúbal	2315
Viana do Castelo	1148
Vila Real	1036
Viseu	1593
Região Autónoma dos Açores	823
Região Autónoma da Madeira	1384
Total	46678

**NOTA**

Sempre que haja uma alteração de classificação resultante do pedido de reapreciação ou de reclamação de um exame nacional do ensino secundário, podem apresentar a candidatura aqueles que então reúnam condições para a 1.ª fase do concurso, pelo que o número de candidatos à 1.ª fase não é definitivo.

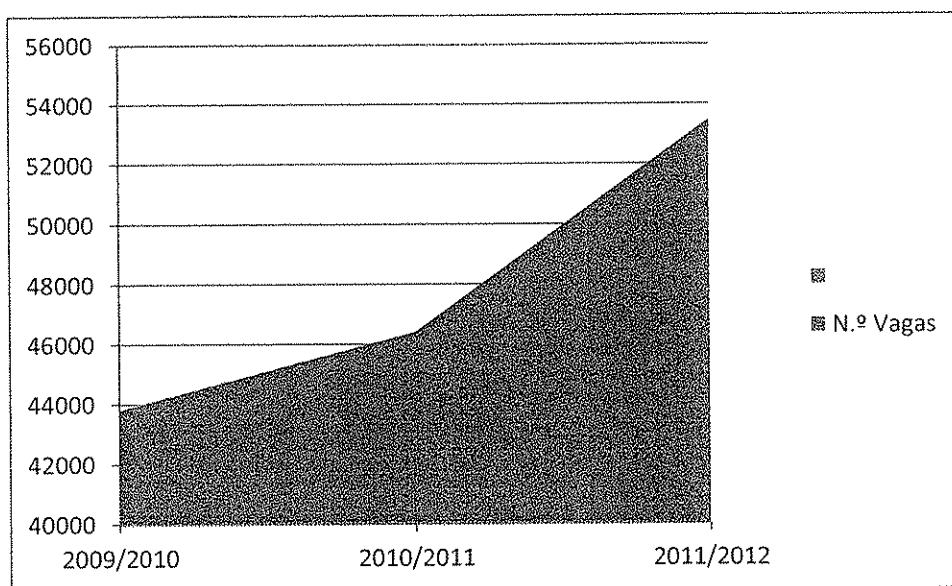
**Quadro 1 - Evolução do nº de vagas e de novas inscrições no 1º ano, no Ensino Superior Público.**

Os dados deste quadro respeitam exclusivamente a estudantes inscritos no 1º ano, pela primeira vez	2009/2010		2010/2011		Variação face a 2009/2010	
	Vagas	Novas inscrições	Vagas	Novas inscrições	Nas vagas	Nas novas inscrições
	[1]	[2]	[3]	[4]	(6) = [3] - [1] (%)	(7) = [4] - [2] (%)
Cursos de Especialização Tecnológica (CET)	4.294	3.513	5.983	4.499	39,6%	28,1%
Complementos de Formação	82	78	20	20	-75,6%	-74,4%
Regime Geral de Acesso	43.824	39.679	46.403	40.697	5,9%	2,6%
Licenciatura (1º Ciclo)	4.528	4.954	4.976	5.361	9,9%	8,2%
Outros Regimes	9.964	7.957	10.186	9.117	2,2%	14,6%
Total	58.316	52.590	61.565	55.175	5,6%	4,9%
Regime Geral de Acesso	7.818	7.755	7.901	7.949	1,1%	2,5%
Mestrado Integrado	329	158	357	183	8,5%	15,8%
Outros Regimes	2.239	1.524	2.550	1.774	13,9%	16,4%
Total	10.386	9.437	10.808	9.906	4,1%	5,0%
Mestrado (2º Ciclo)	32.637	23.469	37.717	29.414	15,6%	25,3%
Doutoramento (3º Ciclo)	6.388	4.588	6.598	4.626	3,3%	0,8%
Outros cursos não conferentes de grau, com pelo menos 60 créditos*	5.215	4.218	5.312	3.915	1,9%	-7,2%
Cursos de pós-graduação com pelo menos 15 créditos	2.909	1.280	3.336	2.073	14,7%	62,0%
Total geral	120.227	99.173	131.349	109.628	9,3%	10,5%

\* - Cursos com duração de 300 horas lectivas de contacto presencial distribuídas por dois semestres lectivos e sujeitos a avaliação final.

## Número de Vagas no Ensino Superior Público nos últimos 3 anos

Ano	N.º Vagas	Variacão
2009/2010	43824	-
2010/2011	46403	6%
2011/2012	53500	13%





## DGES Direcção Geral do Ensino Superior

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR 2011 | CONCURSO NACIONAL

### NOTA

COM EMBARGO ATÉ ÀS 00H00 DE DOMINGO, 18 DE SETEMBRO

O concurso nacional de acesso concretiza-se em três fases, estando já concluída a colocação da 1.ª fase para o ingresso no próximo ano lectivo.

Este concurso destina-se a acesso a licenciaturas e mestrados integrados no ensino superior público, universitário e politécnico.

Nesta fase foram colocados 42243 alunos no ensino superior público.

O número de vagas fixadas pelas instituições de ensino superior para o concurso nacional de 2011 foi de 53500.

Apresentaram-se a concurso 46899 candidatos. Das candidaturas válidas, 91% ficaram colocados nesta 1.ª fase.

58% dos colocados foram-no na sua 1.ª opção. 87% foram colocados numa das suas três primeiras opções.

26321 (62%) dos candidatos foram colocados no ensino superior público universitário e 15922 (38%) no ensino superior público politécnico.

Foram colocados 647 candidatos sem classificação final de ensino secundário, tendo sido criadas vagas adicionais em igual número, de acordo com o regulamento do concurso. Foram também criadas 34 vagas adicionais para resolução de situações de empate.

Em anexo (I) são divulgados dados mais detalhados sobre esta fase.



## **DGES Direcção Geral do Ensino Superior**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

As 11938 vagas sobrantes da 1.ª fase, distribuídas entre o ensino universitário (2710) e politécnico (9228), integrarão o cálculo das vagas para a 2.ª fase do concurso,.

A candidatura à 2.ª fase do concurso decorre entre os dias 19 e 30 de Setembro, de acordo com a informação constante do anexo (II), seguindo-se ainda uma 3.ª fase.

Em documento separado encontra-se informação sobre o resultado desta fase em cada par instituição/curso (número de vagas, número de colocados, nota de candidatura do último colocado através do contingente geral e vagas sobrantes para a 2.ª fase).

Lisboa, DGES, 16 de Setembro de 2011





DIRECÇÃO DA EDUCAÇÃO  
COMITÉ DA EDUCAÇÃO

## REVISÕES DAS POLÍTICAS NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO – ENSINO TERCIÁRIO EM PORTUGAL

Relatório dos Observadores

13 de Dezembro 2006, Centro Cultural de Belém, Lisboa, Portugal

*O Comité é convidado a:*

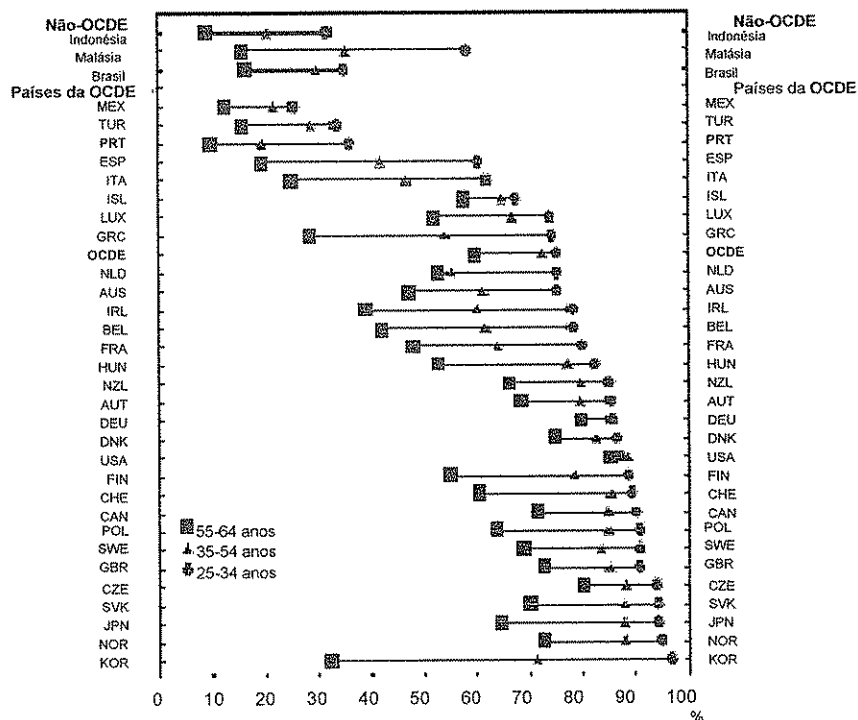
- *TOMAR NOTA das conclusões e recomendações presentes neste relatório;*
- *DISCUTIR as conclusões e recomendações com as autoridades portuguesas na sua sessão especial para rever a política para o Ensino Superior em Portugal que terá lugar no dia 13 de Dezembro de 2006 em Lisboa; e*
- *CONCORDAR com a publicação deste relatório, juntamente com o Relatório de Base tendo em consideração o debate realizado na reunião de revisão do dia 13 de Dezembro de 2006.*

Abrar Hasan, Presidente do Departamento de Educação e Formação, Direcção da Educação, OCDE Tel: 33 (0) 1 4524 9221; e-mail: [abrar.hasan@OCDE.org](mailto:abrar.hasan@OCDE.org)

JT03219332

Figura 1.1 Formação académica da população em idade activa

População com habilitações até ao nível do ensino secundário, 2003<sup>1</sup>



1. Percentagem de cada grupo etário. 2002 para a República Checa, Islândia, Itália e Holanda  
 Fonte: OCDE, Base de Dados de Estatísticas do Mercado de Trabalho.

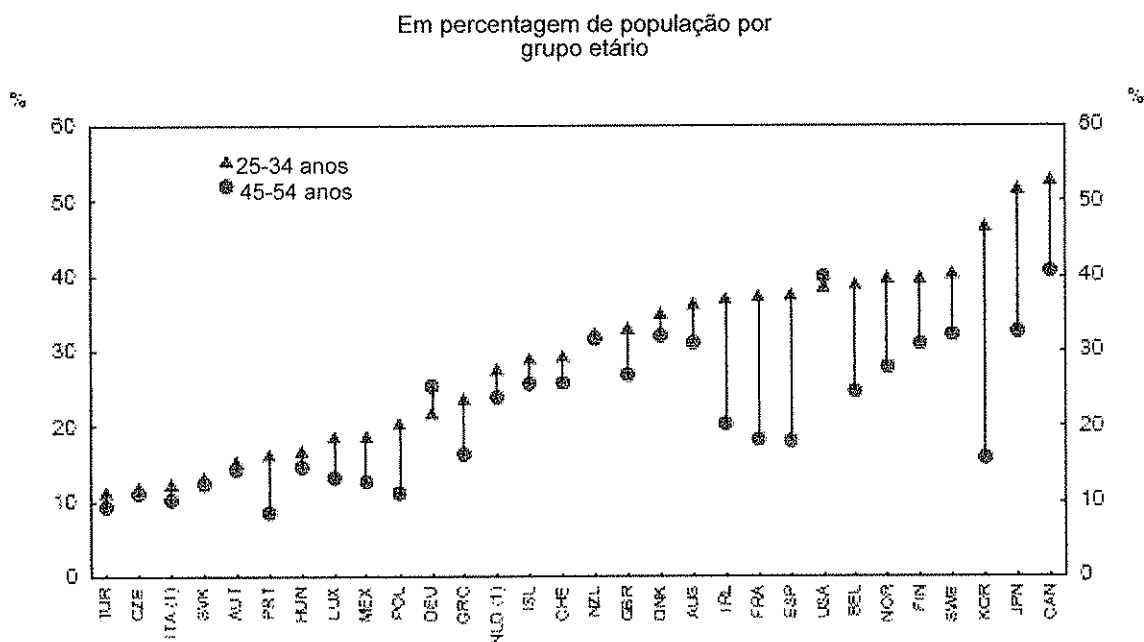
**Baixo nível de conclusão do ensino superior**

1.21 Portugal tem motivos para se orgulhar da expansão massiva do seu ensino superior ao longo das últimas três décadas. O número de alunos aumentou de 30.000 na década de 60 para mais de 400.000 no final do século XX. O acentuado aumento teve início no princípio dos anos 70, altura em que o sistema foi aberto a jovens de todas as classes sociais. O ingresso duplicou em 10 anos até 2002-03 (Figura 1.2).



1.23 Apesar da rápida expansão, existem duas características problemáticas que causam preocupação. Primeira, o nível de ensino terciário da população, mesmo no grupo etário dos 25-34 anos, continua entre os mais baixos da OCDE (Figura 1.4); Apenas cinco países da OCDE têm níveis de educação mais baixos. A elevada expansão nos últimos 30 anos faz-se notar na melhoria das percentagens para o grupo etário dos 25-34 anos se comparado com o dos 45-54 anos, mas o panorama global mantém-se insatisfatório. Segundo, os números de ingresso no nível terciário culminaram em 2001/002 e posteriormente verifica-se uma ligeira queda (Figura 1.2). Tal levou a que alguns observadores mostrassem preocupação relativamente ao iminente excesso de capacidade do ensino terciário. Informações mais recentes sobre o ingresso de alunos em 2005/2006 e 2006/2007 mostram um aumento significativo do número de alunos adultos. Este facto deve-se em grande parte à nova estrutura legal implementada em 2006 relativa à “Reforma de Bolonha”. Conforme estimado pelas instituições, espera-se um aumento adicional no ingresso de 5516 alunos na formação pós-secundária. Estes desenvolvimentos apontam formas possíveis de compensar uma diminuição no número de ingressos causados por factores demográficos, discutidos abaixo.

Figura 1.4 Níveis de Ensino Terciário, 2003



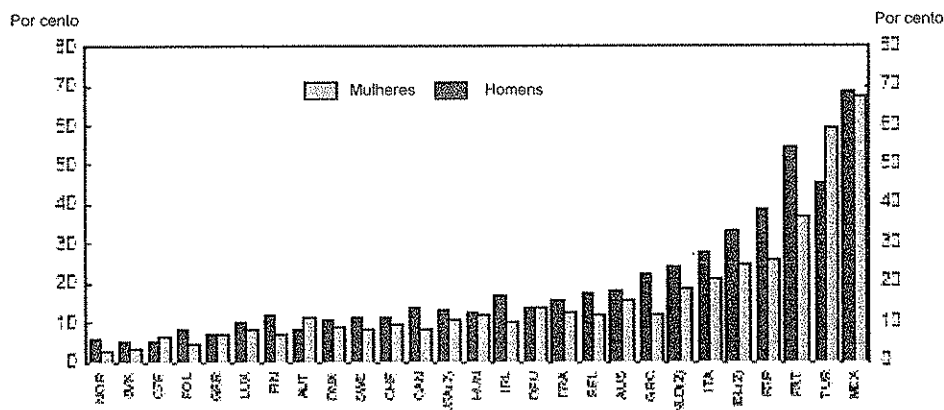
1. Dados de 2002.

Fonte: OCDE, *Education at a Glance*, 2005.

1.24 O principal motivo para o declínio dos números de ingressos está relacionado com o desenvolvimento demográfico de Portugal. À semelhança de outros países da Europa, Portugal está a sofrer um declínio nas taxas de nascimento. Associada ao aumento da esperança média de vida, esta tendência deu origem ao envelhecimento da população. (Quadro 1.2). Os números no grupo etário dos 15-24 anos estão em declínio. Numa visão de futuro, o grupo etário deverá diminuir em aproximadamente 150.000 no período compreendido entre 2005 e 2010. Por conseguinte, as tentativas de aumentar os números no ensino terciário devem procurar formas de aumentar a percentagem dos grupos etários exigíveis a entrar neste nível. Considerando o período 1991-2006, a população no grupo etário dos 6-17 caiu em cerca de 5 por cento. (Ver Quadro 1.3).

Figura 1.5 Desistência escolar nos países da OCDE

Percentagem do grupo etário dos 20-24 anos que não completou o ensino secundário e que já não frequentam o ensino, 2003



1. Os dados estão colocados em sentido ascendente do total dos 20-24 anos.

2. Ano de referência 2002.

Fonte: OCDE, *Education at a Glance* (2005).

1.26 Estas considerações sugerem uma conclusão fundamental: um dos maiores problemas do sistema de ensino terciário de Portugal está relacionado com o fraco desempenho ao nível escolar. Aumentar as taxas de sucesso do ensino terciário para a população deverá incluir o aumento da percentagem de grupos que abandonam a escola que está potencialmente disponível para os estudos de nível terciário. Consequentemente, devem ser desenvolvidas e implementadas políticas para melhorar o ensino terciário em Portugal em colaboração estreita com as políticas para melhorar os resultados a nível escolar. Tal exige que se veja o desempenho do sistema educativo a um prazo mais longo. Este tema é tratado no Capítulo 7.

### *Rede de Instituições do ensino superior (IES)*

1.27 Tal como em muitos países da OCDE, o ensino terciário português é um sistema binário com universidades e politécnicos. Adicionalmente, ambos os sectores podem ser públicos ou privados. Conforme ilustrado na figura 1.2 acima, o sector terciário é composto por diferentes componentes institucionais que seguiram trajetórias de evolução muito diferentes. As respectivas taxas de crescimento de diferentes tipos de instituições dão-nos um exemplo da importância de mudar a ênfase nos diferentes grupos de IES. Em 1983/84, a percentagem de ingressos era de 76,2 % nas universidades públicas, 12,6% nos politécnicos públicos e 11,2% no sector privado. Tal alterou-se significativamente em 2004/05 para, respectivamente, 45,6%, 28,4% e 26,0% (CBR, 2006).

1.28 Actualmente existem 30 universidades e 130 politécnicos. O sistema de universidades públicas inclui 14 universidades públicas (incluindo a Universidade Aberta) e uma universidade não integrada, ISCTE. A rede de politécnicos públicos é constituída por 15 Institutos Politécnicos e algumas escolas politécnicas integradas nas universidades. Existem também muitas outras instituições privadas (105), a maioria delas especializadas (formação de professores, saúde, gestão, marketing, entre outros). Algumas têm carácter universitário, mas a maioria é politécnica. A sua dimensão varia significativamente, com uma dimensão média de cerca de 1.000 alunos. Contudo, algumas instituições são muito pequenas: existem 29 instituições com ingressos abaixo dos 200 alunos e 35 instituições com ingressos entre os 200 e os 500 alunos (informação de 2003).

1.29 Uma característica fundamental da rede terciária portuguesa é o elevado número de instituições direccionadas para um número relativamente reduzido de participantes. Até meados de 1990, o sistema terciário crescia e expandia-se e existiam candidatos suficientes para todas as instituições. O decréscimo no

*Diversidade do Sistema**Novos públicos, novos programas*

2.43 A Equipa de Revisão apoia veementemente a conclusão do Relatório de Base que “Contrariamente ao que normalmente se afirma, Portugal não tem demasiados licenciados, na verdade tem muito poucos”. A questão chave é qual o tipo de licenciados que Portugal precisa mais? É evidente, através de um certo número de candidaturas, que a maior fonte de novos licenciados não dependerá apenas de um aumento do número dos tradicionais alunos que acabam o ensino secundário e que seguem a corrente educacional geral. O “Novo Programa de Oportunidade” pretende aumentar a oferta de programas de formação profissional no ensino secundário em 100.000 vagas, para que estes programas abranjam metade da população do ensino secundário em 2010. A alteração na política de acesso, que permite aos alunos com idade superior a 23 anos acederem ao ensino superior sem os tradicionais requisitos, origina uma maior oportunidade para aumentar o número de licenciados, se as instituições de ensino superior forem capazes de responder positivamente ao desafio de reconhecer a aprendizagem anterior e de providenciar programas bem articulados às necessidades destes novos alunos.<sup>16</sup>

2.44 Neste contexto, é de extrema importância que seja aumentada significativamente a diversidade de programas de estudo. A Equipa de Revisão é da convicta opinião que Portugal não necessita de aumentar o número de licenciados provenientes de programas universitários de longo ciclo, predominantemente orientados para a investigação. Uma significativa área de crescimento deverá ser desenvolvida em programas orientados para a vertente profissional de primeiro ciclo e para certificados profissionais de curto ciclo e programas de diplomas. Estes programas inserem-se no perfil dos novos grupos de alunos acima mencionados, mas a sua provisão num sistema de ensino superior, onde os professores universitários e os valores académicos desempenham um papel predominante, é um desafio essencial. Em suma, defendemos um aumento do número de estudantes no ensino superior e uma estabilização neste aumento, a favor de programas de bacharéis com orientação profissional e, particularmente, em programas de orientação profissional de curto ciclo no ensino politécnico (como já é evidenciado pelo aumento em cinco vezes do número de estudantes matriculados em Cursos de Especialização Técnica, no ano lectivo de 2006/7, principalmente no sector politécnico).

*Clarificação dos tipos institucionais e das respectivas funções*

2.45 Dentro da ampla estrutura binária conferida pelo Decreto-Lei 74/2006, a principal localização institucional de programas profissionais de primeiro e de curto ciclo deverá ser o sector politécnico. Embora as aspirações de muitos neste sector sejam exactamente no sentido oposto: maior desenvolvimento de programas de Mestrado, um aumento de titulares de Doutoramentos, uma tentativa de assegurar o direito de oferecer programas de Doutoramento, a expansão de programas de investigação e eventualmente a obtenção do estatuto universitário. De certo modo, estas aspirações reflectem os valores académicos tradicionais (que conduzem a corrente académica em muitos países), mas são também respostas estratégicas às anomalias da actual política de base na qual o sector politécnico actua. Os mecanismos de distribuição de recursos humanos, os níveis de autonomia institucional, os processos de acreditação de programas e as políticas de gestão de recursos humanos, todos necessitam de ser alvo de uma reforma de modo a criar uma política de base na qual as instituições politécnicas profissionalmente orientadas possam desenvolver um futuro sustentado que seja distinto das universidades tradicionais. Igualmente importante é o corolário da criação desta nova política de base: as universidades não deverão ser compensadas por introduzir áreas de programas que estejam fora da sua principal área de actividade, numa tentativa de recrutar estudantes num mercado cada vez mais competitivo. Resumindo, a Equipa de Revisão propõe que a estrutura binária seja mantida e reforçada. Os principais mecanismos deverão consistir nos contratos de desempenho celebrados e descritos acima, bem como as alterações significativas na autonomia institucional e na gestão propostas no capítulo seguinte tanto para as universidades como politécnicos.

<sup>16</sup> Uma terceira fonte de novos licenciados é obviamente a redução das taxas de não conclusão entre aqueles que ingressam no ensino superior.

longos intervalos entre as avaliações externas para os institutos que deram provas da eficácia dos seus próprios sistemas. O que é importante é que os critérios subjacentes a tais requisitos diferentes sejam claros, transparentes e baseados na capacidade de cada instituto. Os actuais requisitos diferenciados para universidades e politécnicos e para instituições públicas e privadas não deverão ser continuados, nem tão pouco o controlo detalhado sobre as alterações de curriculum.

2.50 É reconhecido pelo Ministério que a implementação do “processo de Bolonha” proporciona uma oportunidade única para a renovação dos programas de estudo em Portugal e uma reconsideração dos processos educacionais com maior enfoque na aprendizagem e nos resultados do estudante, bem como uma preocupação mais explícita no que toca aos vínculos entre os programas de ensino e o mercado de trabalho. Estas questões são abordadas no quarto capítulo relativo aos programas educacionais, acesso, qualidade e relevância. Em termos da ênfase neste capítulo – diversidade do sistema e coordenação do sistema – é de extrema importância que esta nova oportunidade seja explorada ao máximo. Portugal encontra-se numa posição difícil, na medida em que a primeira onda de propostas de programas de estudo de “Bolonha” começa a aparecer exactamente na mesma altura em que a estrutura e os procedimentos da nova agência de acreditação ainda se encontram em estudo. A Equipa de Revisão acredita que, neste contexto, é importante que seja dada especial atenção à natureza dos acordos de transição (deixando a janela da oportunidade de mudança aberta), às prioridades iniciais da nova agência de acreditação e ao desenvolvimento da capacidade de orientação de forma mais geral dentro do Ministério e de outras agências centrais.

#### *Racionalização do panorama institucional*

2.51 A necessidade de racionalizar e diversificar o panorama do programa já foi salientada nos capítulos anteriores. Uma questão chave levantada pelo Relatório de Base é o facto de existir ou não uma necessidade de racionalizar o panorama *institucional*. Esta secção centra-se no sector do ensino superior público enquanto as abordagens ao sector privado são consideradas numa secção posterior. Como ponto de partida fundamental, a Equipa de Revisão acredita que, num contexto de crescimento planeado, o acesso amplo e os recursos limitados existentes para a capacidade do ensino superior não deverão ser perdidos e que, embora os institutos existentes possam necessitar de ser “reduzidas”, não deverão ser fechados. O ponto fulcral da questão da racionalização é então a reconfiguração organizacional compreendendo possíveis fusões.

2.52 A primeira forma de racionalização diz respeito à gestão e administração interna: no capítulo 3 relativo à administração, o Painel de Revisores propõe um reforço do nível institucional nas universidades e politécnicos, o que levará à redução do número de organizações relativamente autónomas dentro do sistema. A segunda questão relaciona-se com as 21 universidades e politécnicos que actualmente não estão integradas em instituições maiores. Estas são, principalmente, escolas militares e de enfermagem<sup>17</sup> e, embora o painel favoreça, em termos gerais, as instituições maiores e abrangentes, não possui informação suficientemente detalhada sobre estes dois sectores especializados para poder fazer recomendações concretas (As propostas apresentadas acima relativas a políticas diferenciadas permitirão às instituições mais pequenas e de enfoque único serem coordenadas de forma diferente. Não seria sensato acrescentar 21 escolas ao sistema de planificação institucional negociado, do mesmo modo que as universidades e politécnicos). O terceiro aspecto prende-se com o facto de dever existir ou não uma racionalização de instituições dentro das 14 universidades e 15 politécnicos – quer dentro dos sectores ou possivelmente também de forma transversal.

2.53 Já foram apresentados bons argumentos em relação à preservação e reforço da estrutura binária no ensino superior português, e o sector politécnico foi identificado como a principal área de crescimento no sistema em termos de novos grupos de estudantes e novos tipos de programas. A Equipa de Revisão acredita que se atinge mais facilmente este objectivo através da manutenção dos politécnicos enquanto instituições distintas e assegurando que são capazes de desenvolver as suas próprias missões distintas, objectivos, políticas de recursos humanos, etc. (Neste contexto, o sucesso da Universidade de Aveiro na promoção de sólidos programas politécnicos (e CET), dentro do panorama geral de uma “universidade de investigação” é notável e muito difícil de reproduzir).<sup>18</sup> A Equipa de Revisão recomenda que fusões de politécnicos com universidades e qualquer incorporação de institutos politécnicos em universidades, não deveriam ser encorajadas.

<sup>17</sup> As fusões estão já em curso nas escolas de enfermagem em três cidades.

<sup>18</sup> O painel não visitou a Universidade do Algarve, portanto não está a par da sua experiência a este respeito.

Isto deixa portanto a questão da racionalização intra-sectorial nos sectores politécnicos e universitários.

2.54 Com quatro excepções, as 29 universidades públicas portuguesas e os politécnicos produzem mais de 1.000 licenciados por ano (ou assim acontecerá quando a nova estrutura de Bolonha entrar em vigor). Duas das excepções situam-se nas universidades localizadas nas ilhas e as outras são o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e a universidade da Beira Interior, nenhuma das quais foi visitada. A Equipa de Revisão tem sérias reservas relativamente ao facto de esta situação ter ou não razões suficientes para embarcar numa *reconfiguração nacional* do panorama institucional, envolvendo um número significativo de fusões, consolidações ou fecho de instituições<sup>19</sup>, e se se trata ou não de uma prioridade para o ensino superior em Portugal, principalmente tendo em conta todas as outras reformas e desafios já identificados. Onde existam problemas particulares com instituições individuais ou com a sua sustentabilidade, estes deverão ser tratados caso a caso pelo Ministério na estrutura dos contratos institucionais negociados e acima propostos.

2.55 O mesmo princípio deverá ser aplicado onde haja preocupação relativamente à viabilidade de alguns pólos de *campus*, faculdades ou programas.<sup>20</sup> A Equipa de Revisão acredita que existem duas abordagens possíveis a tais casos: o Ministério pode intervir ou iniciar a revisão de instâncias particulares onde existam preocupações acerca da viabilidade dos pólos de *campus*, faculdades ou programas; ou estas questões poderão ser consideradas no processo de negociação dos contratos institucionais. O painel favorece a última alternativa, uma vez que esta deverá resultar em soluções adaptadas a cada caso e numa abordagem que encoraje as instituições a racionalizar as suas próprias actividades, em vez de se contar com a intervenção governamental de “tamanho único”.<sup>21</sup>

2.56 A Equipa de Revisão reconhece que a discussão acerca da racionalização institucional é impulsionada, em parte, por preocupações acerca do futuro e sustentabilidade das universidades e politécnicos situados nas regiões do interior e ilhas de Portugal. Os objectivos da Estratégia Lisboa e o desenvolvimento regional em curso são de extrema importância para o alcance do acesso mais vasto, para que esta significativa capacidade não desapareça lentamente e morra. Corre-se um grande risco que tal aconteça se o processo não for gerido e deixado às preferências do mercado e dos estudantes. É provavelmente inevitável que a quota de opções de ensino superior proporcionada fora da região costeira decresça, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. Criar “instituições regionais” sustentáveis irá requerer abordagens de políticas e critérios de financiamento diferenciados (e os custos unitários serão certamente mais elevados). A abordagem planificação/contrato proposta acima deverá contribuir significativamente para este processo.<sup>22</sup>

<sup>19</sup> Por exemplo, como foi levado a cabo no sector politécnico australiano e holandês, nos anos 80, na Hungria em finais de 1990 e na África do Sul em 2000.

<sup>20</sup> Ficou claro através da visita da Equipa de Revisão e através das conclusões desta que existe âmbito considerável para aumentar a eficiência interna das instituições em termos de pólos de *campus*, programas e faculdades com poucas matrículas.

<sup>21</sup> A política actual para não fundar programas com menos de dez alunos é um bom exemplo desta abordagem de “tamanho único”. Contudo, na estrutura de orientação actual o Ministério não tem acesso às abordagens preferidas pelo painel, pelo que não tem muitas opções senão responder desta forma.

<sup>22</sup> Esta é uma área onde a experiência internacional é de pouca relevância. São necessárias soluções portuguesas “caseiras” que de alguma forma abordem três fenómenos sócio-espaciais – as preferências dos estudantes para ficar em casa, estudar nas grandes cidades e em programas universitários. Soluções criativas poderiam ser procuradas no financiamento dos estudantes, em programas conjuntos envolvendo períodos de estudo quer na costa, quer no interior e em publicitar os politécnicos e a sua capacidade para formar licenciados que encontram emprego.

## CAPÍTULO 4: PROGRAMAS EDUCACIONAIS: ACESSO, QUALIDADE E IMPORTÂNCIA

### A. INTRODUÇÃO

4.1 Os desafios que Portugal enfrenta em relação ao ensino superior precisam de ser compreendidos em relação (a) à mudança da natureza dos requisitos de trabalho para modernizar a economia portuguesa e a necessidade de expandir a disponibilidade de trabalhadores especializados num variado âmbito de profissões e (b) às deficiências históricas na instrução e nos sucessos que foram alcançados para rectificar essas deficiências. Perspectivas de emprego para os menos habilitados provavelmente deteriorar-se-ão significativamente num contexto de competição global. O aumento dos conhecimentos educacionais e da formação de conhecimentos será de importância vital para o objectivo da equidade social e inclusão, bem como para o objectivo de melhorar a performance nacional económica através do fabrico de produtos e prestação de serviços de valor acrescentado mais alto.

### B. A SITUAÇÃO ACTUAL

4.2 Em meados dos anos 70, cerca de 20% de todas as pessoas com idade entre os 15 e os 64 anos eram analfabetos e menos de 5% tinha completado a educação secundária até ao 12º ano (MCTES, 2006). Apesar dos limites à disponibilidade dos professores e dos baixos níveis de conhecimentos educacionais por parte dos pais, limitando a preparação dos alunos, Portugal atingiu um rápido crescimento na participação escolar nas duas últimas décadas. Uma participação universal foi atingida nos anos de aprendizagem obrigatória. O certificado do 12º ano entre jovens até aos 22 anos subiu de 38% em 1993 para 50% em 2004 (Plano Tecnológico 2006). Os melhores alunos portugueses encontram-se entre os melhores do mundo. Contudo, o sucesso geral em termos de ensino em Portugal não atinge a referência europeia de 85% deste grupo etário. O Plano Tecnológico Português estabeleceu um alvo de 65% até 2010 em relação a essa referência. Um equilíbrio curricular inadequado dos planos escolares e as baixas taxas de progressão e êxito dos alunos, significa que muitos jovens têm opções limitadas ao entrar no mercado de trabalho e oportunidades limitadas na participação no ensino pós-obrigatório, vocacional e superior.

4.3 O número de licenciados qualificados na força laboral portuguesa subiu de 2% para 11% de 1992 a 2003 e o fluxo aumentou de 6.000 para 30.000 por ano (Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2006). O progresso na expansão da produção de licenciados é diminuído por uma falta de um enfoque adequado nas necessidades educacionais e de formação da maior parte da força de trabalho actual e futura. Como foi visto no Capítulo 1, Portugal tem, depois da Turquia, a quota mais baixa (20%) da sua população com idades compreendidas entre os 25-64 anos com conhecimentos educacionais iguais ou superiores ao nível secundário.<sup>27</sup> Cerca de 75% da força de trabalho total completou menos de nove anos de escolaridade, 62% frequentou menos de sete anos e 50% possui menos de 5 anos.

4.4 Actualmente, cerca de 15% dos estudantes não completa o 9º ano de escolaridade (o nível obrigatório desde 1986) e 60% não completa o 12º ano (70% alunos do sexo masculino). Também, enquanto que as matrículas no ensino superior duplicaram na última década, 40% dos estudantes do ensino superior não completa os seus estudos e não obtém licenciatura. As elevadas taxas de repetição e desistência nos níveis pós-obrigatórios de ensino representam um desperdício de recursos humanos que Portugal simplesmente não pode permitir.

<sup>27</sup> OECD, (2005), *Education at a Glance*, Quadro A1.1a

4.10 O decréscimo da participação de idades entre os 18 e os 24 anos não se deve apenas à demografia, mas também à incapacidade de os alunos terminarem o ensino secundário. Se as taxas de sucesso do ensino secundário fossem mais elevadas, provavelmente existiriam suficientes alunos extra para compensar a queda geral dos números neste grupo etário. Contudo, para melhorar as taxas de participação, progressão e de sucesso, será necessário mudar essencialmente dois aspectos preocupantes do sistema de ensino secundário em Portugal: a sua excessiva orientação académica que não serve os estudantes que poderiam beneficiar de uma abordagem à aprendizagem mais vocacional e prática; e uma cultura de estudantes reprovados que não têm o desempenho esperado, tendo como consequência a negligência das necessidades de desenvolvimento dos diferentes alunos.

4.11 Existem também outros grupos etários que poderiam beneficiar do acesso ao ensino superior estruturado adequadamente e cuja participação poderia aumentar a procura global de serviços de ensino superior. É necessário dar mais atenção à provisão de oportunidades de aprendizagem formais e informais para adultos. Tal irá requerer o desenvolvimento de novas formas de apoio à aprendizagem e de novos modos de educação e formação entregues em locais e alturas convenientes e de forma apropriada para os alunos.

4.12 O programa do Governo *Novas Oportunidades* representa um importante reconhecimento da necessidade de atrair um público mais vasto de estudantes e de servir as suas necessidades variadas de formas inovadoras. De salientar são as estratégias para a certificação dupla (geral e profissional) para os cursos de iniciação de ensino vocacional, aumentando de 22% para 50% a proporção de programas tecnológicos disponíveis para alunos do ensino secundário até 2010, e construindo pontes entre as correntes geral, técnica e profissional. Estas medidas deverão tornar a educação no ensino secundário mais atractiva e relevante para os jovens cujas necessidades não foram devidamente reconhecidas no passado. Implicam mudar a actual percepção comum da opção por conhecimentos técnicos como um substituto para a falha académica, em vez de serem vistos como uma escolha válida, e mudar a mentalidade do público em relação às carreiras técnicas com mérito social. Também novos planos de formação serão desenvolvidos para a força de trabalho, com o intuito de envolver um milhão de trabalhadores actuais em formação de qualidade durante um período de cinco anos, aproveitando a base dos processos de sucesso de *Reconhecimento das Capacidades, Validação e Certificação* iniciados em 1999. O Plano Tecnológico Português também estabeleceu como meta aumentar a participação da população na formação ao longo da vida de 4,8% para 12,5% até 2010. Estas mudanças oferecem oportunidades para os IES desenvolverem programas que atraiam um grupo diversificado de estudantes e o envolvimento dos politécnicos nestas iniciativas seria desejável e apropriado.

#### ***Os mercados de trabalho e o ensino superior***

4.13 Em 2006, 14% da população no activo possuía um nível de educação superior (MCTES, 2006). O objectivo de 15% para 2010 do Plano Tecnológico Português pode muito bem ser ultrapassado. O fluxo dos licenciados para o mercado de trabalho como uma percentagem do total subiu de 2% em 1992 para 11% em 2002. Para os grupos etários entre os 20-23 e os 23-26 anos, os licenciados representavam 47% e 40%, respectivamente, em 2003 (MCTES,2006). Várias considerações submetidas a esta revisão sugeriram que Portugal está agora a começar a inundar o mercado de trabalho com licenciados. Outras comentaram que a adaptação dos licenciados às necessidades do mercado de trabalho não é a melhor. Algumas indicaram que existem problemas de equilíbrio entre a procura e a oferta de licenciados, mas que estes problemas são mais de natureza qualitativa do que quantitativa.

4.17 A tarefa de transformar o ensino superior será complexa, não só para as próprias instituições, mas especialmente para as universidades públicas e politécnicos. Muito poucos têm consultas estruturadas com a indústria, e muitos reflectem compreensões pobres das necessidades e tendências do mercado de trabalho. Também parece que muitos nem sequer compreenderam nem se prepararam para a mudança de educação das classes da elite para a educação das massas durante as duas últimas décadas, em que os estudantes provêm de diversos *backgrounds* e as instituições têm a responsabilidade de responder à diversidade das suas circunstâncias e necessidades. Muitos persistem numa cultura que se recusa a aceitar a responsabilidade pelo sucesso daqueles que admitiram. A equipa de revisão ficou chocada com as atitudes demonstradas por parte de algumas universidades em relação aos seus estudantes, especialmente das que atraem matrículas dos estudantes com os melhores resultados, mas procuram reprovar dois em cada cinco. Uma maior diversificação de estudantes que participam no ensino superior necessitará que as universidades públicas e os politécnicos repensem radicalmente o seu papel de base e finalidade num Portugal moderno.

4.18 As universidades privadas e os politécnicos privados servem actualmente a procura de qualificações a nível empresarial e de gestão e nas ciências da saúde. Várias instituições fornecem cursos nicho (por exemplo aeronáutica), e algumas servem áreas específicas da actividade do sector privado, tal como a educação. Muitas instituições privadas mostraram alguma preocupação em relação ao contexto do decréscimo da procura por parte dos estudantes e a sua necessidade de cobrar propinas mais elevadas do que as instituições que têm a vantagem de receber subsídios governamentais, pois irão continuar a perder matrículas e quota de mercado. Algumas instituições estão a voltar-se para o mercado do estudante adulto, devido a uma política de admissão mais flexível para aqueles que têm 23 anos ou mais, como fonte de um novo crescimento. Muitos fornecedores privados também são inovadores e flexíveis nos seus planos para a aprendizagem, incluindo aulas nocturnas, aulas ao fim-de-semana, e planos especiais para adultos e a ministração de cursos no local de trabalho. Espera-se que ofereçam cada vez mais pacotes individualizados para ir ao encontro das necessidades da indústria e do comércio em alturas e locais convenientes para os estudantes. Também se espera uma contenção dos seus preços através de várias medidas de redução de custos. A expansão dos fornecedores privados para áreas de procura não tradicional irá criar a necessidade de novas medidas de garantia de qualidade que são simultaneamente robustas e apropriadas às novas formas de entrega.

#### **D. UM PAPEL RENOVADO PARA OS POLITÉCNICOS**

4.19 Através de vários sistemas e subsistemas nacionais de ensino superior, os politécnicos geralmente diferem das universidades em quatro pontos principais: têm custos unitários mais baixos de licenciatura; dão mais ênfase ao ensino prático; fornecem licenciados para áreas específicas (maioritariamente intermédias) do mercado de trabalho; e não oferecem cursos de pós-graduação pela investigação (Doutoramento e Mestrado pela Investigação). Consequentemente, os politécnicos dão um importante contributo à sustentabilidade de um sistema de ensino superior para as massas e não para a elite e, de facto, uma contribuição adicional para a transição da participação de massas para participação universal. Os politécnicos capacitam uma expansão eficiente com equidade. Admitem tipicamente estudantes que de outra forma não teriam acesso ao ensino universitário e, por isso aumentam a taxa de participação. Geralmente ajudam os seus alunos a progredir e a ter sucesso com padrões aceitáveis de aprendizagem. A participação dos estudantes de *backgrounds* desfavorecidos oferece uma oportunidade para uma ascensão social entre gerações.

4.20 Os politécnicos formam tipicamente licenciados mais depressa do que as universidades. Os seus licenciados estão particularmente preparados para sectores que contribuam para o crescimento da produtividade nacional através da aplicação de capacidades e adopção de tecnologias. Em algumas áreas do ensino, os custos dos cursos dos politécnicos aproximam-se dos das universidades. Na sua totalidade, contudo, pretende-se que os politécnicos formem um maior volume de licenciados e um maior volume de licenciados através de programas mais curtos do que os fornecidos pelas universidades. Os custos fixos de um politécnico são tipicamente mais baixos do que os de uma universidade que suporta a capacidade de investigação, bem como a capacidade de ensino. Por este motivo, os custos unitários anuais por estudante são mais baixos para os politécnicos do que para as universidades. Adicionalmente, a duração dos estudos num politécnico é em média menor do que a dos os cursos das universidades.



